



Hostilidade às mulheres, povo e mídia Bolsonaro agride uma jornalista, mente sobre auxílio e Lula contesta

TV Brasil - EBC



Bolsonaro “nunca viu fome porque não sai de cima da moto”, afirma Padre Lancelotti

“Eu vejo (fome) todos os dias”, disse o padre Júlio Lancelotti, que coordena a Pastoral do Povo de Rua e distribui alimentos para pessoas em situação de rua de São Paulo, em resposta à afirmação de que não há fome no Brasil. “Esse negócio de fome não é bem assim. Você vê alguém pedindo pão na porta? Não vê, pô”, afirmou o sociopata do Planalto. **Página 3**

Amazônia registra maior média diária de queimadas do atual governo

“Estamos chegando perto da metade da estação de fogo na Amazônia e já estamos registrando mais de 3.000 focos em um só dia”, alertou Ane Alencar, diretora de Ciência do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) e coordenadora do MapBiomass. **Pág. 4**

Rússia entrega à ONU fotos de ataques de Kiev à usina nuclear

A Rússia divulgou no Conselho de Segurança da ONU e na Assembleia Geral evidências fotográficas do bombardeio da usina nuclear de Zaporozhia pelo exército ucraniano. **P 7**



Aberração desse governo ficou exposta. Jair decide fugir dos demais debates

Ele agrediu verbalmente a jornalista Vera Magalhães, que fez uma pergunta que ele não conseguiu responder, no primeiro debate eleitoral, na Band. Pouco depois, ao responder o jornalista Rodolfo Schneider sobre os auxílios, Bolsonaro disse que o PT havia

votado contra a ampliação dos auxílios. O ex-presidente Lula lembrou que o aumento de R\$ 600 não está na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e disse que Bolsonaro estava mentindo. Ele afirmou que a bancada do PT votou favorável e que há meses tentava colocar os R\$ 600. **Página 3**

Cresce 17,37% a inflação na alimentação no domicílio



Na TV, Lula compara o desastre atual com ‘Brasil da Esperança’

“Que país você quer? O que tem 33 milhões de pessoas passando fome ou o que tirou o Brasil do mapa da fome? O do salário mínimo desvalorizado ou o que aumenta o salário mínimo acima da

inflação?”, indaga o locutor. A mensagem de Lula em seu primeiro programa eleitoral na TV foi contundente na crítica ao desastre representado pelo governo Bolsonaro. Na voz da cantora Maira Lemos,

o primeiro verso da canção aponta para a esperança de mudanças no Brasil: “tenho fé e peço a Deus que acabe toda a dor”, afirma a canção. Lula diz estar feliz em falar de novo com o povo brasileiro, mas que

“a felicidade só não é completa porque neste exato momento milhões de irmãos brasileiros e brasileiras estão sem ter o que comer”. Como é que esse país tão rico retrocedeu tanto”, indaga. **Pág. 3**

Em agosto, a inflação continuou avançando sobre a alimentação dos brasileiros, segundo dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – 15 (IPCA-15), na prévia da inflação, divulgado nesta quarta-feira (24), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A alimentação no domicílio foi de 1,24% em agosto e acumula alta de 17,37%, em 12 meses. A deflação de 0,73% no mês foi puxada pelos preços dos combustíveis e energia. A gasolina caiu uns centavos, mas a comida subiu e muito, tornando a fome um problema maior nos lares brasileiros. O leite longa vida, que acumula alta de 79,79% no ano, legumes, frutas e feijão foram os itens que mais pesaram para as famílias de mais baixa renda. **Pág. 2**

Decreto entrega lítio a monopólios estrangeiros, diz pesquisadora

“Existe uma verdadeira batalha mundial entre as montadoras para garantir o fornecimento de lítio para os veículos elétricos”, diz Elaine dos Santos, professora e pesquisadora da USP, em artigo no último número do Jornal da USP onde faz severas críticas ao decreto 11.110, de Jair Bolsonaro. **Página 3**

China faz voo pioneiro com transportador espacial

Carestia: inflação da alimentação no domicílio sobe para 17,37%



Leite longa vida acumula alta 79,79% no ano, junto com legumes, frutas e até o básico feijão foram os itens que mais pesaram para as famílias de mais baixa renda na prévia da inflação de agosto

Juros elevados e renda arrojada derrubam consumo de bens duráveis

Pressionado pelos juros altos e a inflação, o consumo de bens duráveis pelas famílias brasileiras encerrou o segundo trimestre deste ano em patamar 9,13% abaixo do registrado em fevereiro de 2020, no pré-pandemia de Covid-19, segundo dados desagregados do Monitor do PIB da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os cálculos consideram o índice de volume consumido, na série com ajuste sazonal – ou seja, já descontado as variações típicas para diferentes épocas do ano.

“Você tem uma influência muito forte que é a inflação, e outra muito forte que é a taxa de juros. A taxa de juros está muito alta, e bem durável você compra financiado. Além disso, o preço tem subido”, afirma Claudio Considera, coordenador do Núcleo de Contas da Ibr/FGV.

Com aval de Bolsonaro, de março de 2021 a agosto deste ano, a taxa básica de juros da economia (Selic) deu um salto de 2% a.a. para 13,15% a.a. O Banco Central elevou a Selic a pretexto de combater a inflação, que encerrou o ano de 2021 em 10,06%, o maior aumento desde 2015 (10,67%), e hoje está em alta de 10,07% no acumulado nos últimos 12 meses até julho.

O choque de juros altos foi ineficaz contra a inflação, mas agravou os problemas econômicos ao afastar os investimentos, jogando para o alto o endividamento das empresas e das famílias, e encarecendo ainda mais o crédito aos consumidores – o que derruba o consumo – afetando diretamente os empregos e a renda.

Na esteira dos juros altos e da inflação, em julho, 78% das famílias brasileiras estavam endividadas e 29% tinham alguma conta ou dívida com atraso de pagamento, de acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência ao Consumidor (Peic), da Confederação

Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

“Em julho, o endividamento chegou perto de 80% das famílias e isso preocupa, pois é um forte crescimento se comparado ao nível de antes da pandemia, em torno dos 60% a 65%. E especialmente diante de um cenário de forte aumento da taxa de juros, com a Selic saindo de 2% em 2020 para os atuais 13,75%. Com isso, o custo do crédito aumentou muito para famílias já muito endividadas. Na prática, isso significa um aperto muito grande do orçamento familiar, da renda disponível. E a esse elevado endividamento, com custo alto, soma-se ainda uma elevada inflação”, avalia o diretor de Economia e Inovação da CNC, Guilherme Mercês.

Outra pesquisa que apura o endividamento, aponta que 66,8 milhões de brasileiros não conseguiram efetuar o pagamento de suas contas e dívidas em agosto, segundo dados da Serasa Experian. Em agosto de 2021, esse total era de 62,2 milhões de brasileiros, um acréscimo de 7,4% sobre uma base já muito alta.

Com a desindustrialização que cerca o Brasil na última década – quadro que foi agravado pela política econômica do governo Bolsonaro – a indústria brasileira de bens de consumo duráveis – mais dependente de matérias primas e componentes eletrônicos comprados no exterior – foi fortemente prejudicada pela escassez e encarecimento de insumos e por problemas logísticos provocados pela pandemia de Covid-19 e, posteriormente, pelo conflito entre Rússia e Ucrânia.

Na porta das fábricas, a inflação dos bens de consumo duráveis chega a 12,02% no período de 12 meses encerrados em junho, segundo o Índice de Preços ao Produtor (IPP), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre os destaques de altas, estão:

automóveis, motocicletas, refrigeradores, máquina de lavar, móveis de madeira, fogões e eletrodomésticos.

No varejo o quadro não é diferente. Produtos mobiliário tiveram um aumento de 23,40% nos 12 meses encerrados em julho, eletrodomésticos e equipamentos (20,61%), automóvel novo (17,50%), refrigerador (23,85%), máquina de lavar roupa (18,77%), fogão (22,23%) e motocicleta (19,34%), segundo dados do IPCA, inflação oficial medida pelo IBGE.

A produção nacional de bens de consumo duráveis chegou a junho deste ano em patamar 15,6% inferior ao de fevereiro de 2020, no pré-crise sanitária. O volume produzido está ainda 36,7% aquém do ápice alcançado em março de 2011, apontam também números do IBGE.

O gerente da Coordenação de Indústria do IBGE, André Macedo, elenca os entraves da produção. “Pelo lado da demanda doméstica: inflação em alta, o que diminui a renda disponível das famílias; juros crescentes, encarecimento nas condições do crédito e aumento na taxa de inadimplência; número elevado de trabalhadores fora do mercado de trabalho, massa de rendimentos que não avança, ambiente marcado pela incerteza”, enumerou Macedo.

O consumo aparente de bens industriais no Brasil, que considera tanto os produtos nacionais quanto os importados, acumulou uma queda de 3,1% de janeiro a junho, em comparação ao mesmo período do ano passado, segundo Indicador de Consumo Aparente de Bens Industriais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Entre as categorias, o resultado de bens de consumo duráveis foi o mais negativo no período, com um recuo de 8,0% na aquisição de bens de consumo duráveis no primeiro semestre.

“É inaceitável dependência de produtos estratégicos”, diz diretora da Abiquim

As importações brasileiras de produtos químicos voltaram a bater recorde em julho com um valor de US\$ 8,3 bilhões, segundo a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim). O valor importado é de 4,5% maior do que junho e representa um aumento de 57,3% sobre julho do ano passado.

No primeiro semestre o déficit recorde de US\$ 29,7 bilhões na balança comercial em produtos químicos foi puxado por forte alta de 53,8% de importações.

De acordo com a diretora de Assuntos de Comércio Exterior e Administrativa da Abiquim, Denise Naranjo, ao divulgar o resultado da balança comercial em produtos químicos no primeiro semestre, os resultados demonstram como a elevada dependência externa brasileira em produtos estratégicos, que poderiam ser fabricados no Brasil, ameaça o próprio desenvolvimento do País.

“O primeiro semestre de 2022, marcado pela turbulência na oferta global de logística e de insumos e de matérias-primas por razões da Guerra da Rússia

contra a Ucrânia e do combate contra nova fase da pandemia de COVID19, nos traz o urgente alerta de que é inaceitável o atual patamar de dependência externa em produtos estratégicos para um país do tamanho e da relevância global do Brasil”, destacou Denise Naranjo.

Ela acrescentou que “somente com uma Política Industrial robusta que, no curto prazo de garantias operacionais como a extensão do Regime Especial da Indústria Química – REIQ, no médio prazo equilíbrio os desafios de infraestrutura e logística e no longo prazo resolva as assimetrias de competitividade entre o Brasil e outros players globais é que se viabilizará um cenário favorável à atração de novos investimentos que alavanquem o desenvolvimento sustentável da economia”.

O Regime Especial da Indústria Química (Reiq), que dava incentivos fiscais ao setor, foi extinto por Bolsonaro, através de medida provisória no fim do ano passado, surpreendendo empresários, trabalhadores, sindicalistas e os parlamentares, na

contramão da decisão do Congresso Nacional que aprovou a manutenção do benefício até 2025. Em junho, em vez do fim imediato dos incentivos, como constava da MP original, os parlamentares aprovaram uma proposta que garantia uma transição até 2027, mas foi vetado por Bolsonaro.

A recente decisão da Câmara de Comércio Exterior (Camex) de reduzir as alíquotas de importação de alguns insumos industriais, inclusive resinas, abre mais espaço para a entrada de importados químicos e petroquímicos e impõe mais dificuldades à retomada dos investimentos do segmento industrial brasileiro, estratégico para o desenvolvimento econômico do país. Na contramão do mundo, a redução das tarifas sobre os importados vem sendo praticada insistentemente pelo governo Bolsonaro, prejudicando a indústria e os empregos no Brasil.

Veja matéria completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/e-inaceitavel-o-patamar-dependencia-de-produtos-estrategicos-diz-diretora-da-abiquim/>

Deflação de 0,73% no mês foi puxada pelos preços dos combustíveis e energia, após Bolsonaro arrancar o couro dos consumidores com preços dolarizados

Em agosto, a inflação continuou avançando sobre a alimentação dos brasileiros, segundo dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – 15 (IPCA-15), na prévia da inflação, divulgado nesta quarta-feira (24), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A alimentação no domicílio foi de 1,24% em agosto e acumula alta de 17,37%, em 12 meses.

O IPCA-15 registrou deflação de 0,73% em agosto, ante alta de 0,13% de julho, influenciado principalmente pela queda no grupo dos Transportes, que contribuiu com -1,15 ponto percentual no índice do mês. No ano, o IPCA-15 acumula alta de 5,02% e, em 12 meses, de 9,60%.

No resultado do IPCA-15, o que se vê é que a deflação não chegou para os assalariados e, principalmente, para as famílias mais pobres, que continuam sendo atormentadas pela alta dos preços dos alimentos e de outros itens do dia a dia. O grupo alimentação e bebidas, com alta de 1,16%, teve o maior impacto (contribuição com 0,24 ponto percentual) na prévia da inflação de agosto. Em 12 meses, o grupo alimentação e bebidas acumula alta de 14,71%.

O resultado do grupo foi influenciado principalmente pelo aumento nos preços do leite longa vida (14,21%), maior impacto individual positivo no índice do mês (0,14 p.p.). No ano, o preço do leite longa acumula alta de 79,79%, de acordo com o IBGE.

Outros destaques no grupo Alimentação e bebidas foram as frutas (2,99%), que também haviam subido em julho (4,03%), o queijo (4,18%) e o frango em pedaços (3,08%). Com isso, a alimentação no domicílio variou 1,24% em agosto e acumula alta de 17,37%, em 12 meses.

Já a alimentação fora do domicílio teve alta de 0,80% em agosto, desacelerando em relação ao mês anterior (1,27%). Tanto o lanche (0,97%) quanto a refeição (0,72%) tiveram variações inferiores às de julho (2,18% e 0,92%, respectivamente). Em 12 meses, a alimentação fora de casa acumula alta de 8,06%.

FRUTAS SOBEM ATÉ 85,02%

Entre os campeões da inflação dos alimentos, no acumulado em 12 meses, estão: Mamão (85,02%), Cebola (79,98%), Melancia (71,19%), Leite longa vida (69,73%), Melão (63,32%), Café Moído (53,22%), Tangerina (48,89%), Morango (44,2%), Manga (39,4%), Batata Inglesa (38,98%), Banana prata (37,06%), Alimento Infantil (31,53%) e Farinha de trigo (30,17%)

Destacam-se as altas, ainda, nos grupos Saúde e Cuidados Pessoais (0,79%) e Despesas Pessoais (0,79%), que contri-

buíram igualmente com 0,18 ponto percentual no índice, e Vestuário (0,76%).

A alta registrada em Saúde e cuidados pessoais foi influenciada pelos planos de saúde (1,22%), correspondente à fração mensal do reajuste de 15,50% autorizado pelo governo Bolsonaro, por meio da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em 26 de maio para os planos de saúde novos. Cabe ressaltar também que no IPCA-15, os itens de higiene pessoal aceleraram de 0,67% em julho para 1,03% em agosto e acumulam alta de 10,42% em 12 meses.

A deflação observada no grupo dos Transportes (-5,24%) deve-se, principalmente, à queda no preço dos combustíveis (-15,33%). A gasolina caiu 16,80% e teve a maior contribuição negativa no índice do mês (-1,07 p.p.); o etanol registrou queda de -10,78%; o gás veicular recuou -5,40%; e o óleo diesel reduziu -0,56%.

DIESEL ACUMULA ALTA DE 58,81%

Com os recuos deste mês, a gasolina e o etanol passaram a ter queda no acumulado dos últimos 12 meses, de 1,85% e 2,41%, respectivamente. Mas o preço do óleo diesel, que tem peso significativo para a disparada dos preços dos alimentos, onerando os custos de produção e de transporte, acumula alta de 58,81%. O gás veicular acumula alta de 24,25% no período.

O grupo Habitação também apresentou deflação de -0,37%. A queda está relacionada ao recuo nos preços da energia elétrica residencial (-3,29%). O gás de botijão, que tem grande peso sobre o orçamento das famílias de menor renda, também registrou queda de 0,26% no mês, mas acumula alta de 18,96% nos últimos 12 meses. Já o gás encanado a alta chega a 25,26% em um ano.

Estes produtos e serviços tiveram o ICMS limitado às vésperas das eleições por meio da Lei Complementar 194/22 do governo Bolsonaro, que propõe a perda de arrecadação de recursos do ICMS, que seriam destinados à prestação de serviços públicos estaduais e municipais, em troca de uma redução momentânea, por exemplo, nos preços dos combustíveis que tem seus preços fixados ao mercado internacional.

Veja a prévia da inflação de agosto para cada um dos grupos pesquisados: Alimentação e bebidas: 1,12% Habitação: -0,37% Artigos de residência: 0,08% Vestuário: 0,76% Transportes: -5,24% Saúde e cuidados pessoais: 0,81% Despesas pessoais: 0,81% Educação: 0,61% Comunicação: -0,30%



Ministro da Economia de Bolsonaro Guedes agride maior parceiro comercial do Brasil: “não queremos a chinesada aqui”

O ministro da Economia, Paulo Guedes, atacou gratuitamente o principal parceiro comercial do Brasil, a China, durante evento em Passo Fundo (RS). “Não queremos a chinesada entrando aqui e acabando com nossas fábricas”, declarou nesta sexta-feira (26).

Ao atacar a China, Guedes não está, como procura aparentar, defendendo a indústria brasileira. Até porque, como chicago-boy que sempre foi, ele é um defensor ferrenho da submissão do Brasil aos bancos e cartéis norte-americanos. Isto fica evidente no desmonte do Estado e nos cortes de investimentos públicos, que ele vem colocando em prática desde que assumiu, além das desonerações de importações.

O ministro de Bolsonaro não realizou qualquer projeto de industrialização ou de reindustrialização do país. Com os investimentos públicos no mais baixo patamar dos últimos 50 anos e os juros reais mais altos do planeta, Guedes não tem qualquer intenção em reindustrializar nada e sim escancarar o país aos produtos estrangeiros, de preferência dos Estados Unidos.

Não por outro motivo que ele vive isentando os especuladores estrangeiros e açambarcadores das empresas nacionais. Não só não investiu na construção de uma só fábrica, como entregou gasodutos, refinarias, entre outras estatais, subsidiárias da Petrobrás, e não foram para os chineses. Se deixarem solto, Guedes vende para os gringos até o Palácio do Planalto.

Durante o desgoverno Bolsonaro, Guedes fez a taxa de desemprego bater recorde, assim como a taxa de informalidade, do emprego precário, sem carteira. A inflação atingiu dois dígitos, o endividamento das famílias é recorde com 67 milhões de brasileiros inadimplentes, sem ter como pagar as contas, a renda desabou. O gás de cozinha e a conta de luz dispararam, assim como a gasolina e o diesel, com seus preços dolarizados. A pobreza explodiu com 33 milhões de brasileiros na fome.

Guedes não é só um serviçal dos banqueiros americanos. Ele é um pilantra. Enquanto destrói a economia nacional, vende as nossas empresas, enfraquece a produção nacional e privilegia a especulação e a parasitagem, esconde bilhões em contas secretas nas Ilhas Virgens Britânicas. Mais que dobrou sua fortuna escondida somente com a desvalorização do real estimulada por suas decisões.

Durante os quatro anos do governo Bolsonaro, ele bradou que a economia crescia em “V”, enquanto o Brasil patinava e a desindustrialização seguia incólume. No governo Bolsonaro simplesmente não há nenhuma política industrial. Agora, demagogicamente, ele quer colocar a culpa pelo atraso econômico brasileiro nos chineses. Os chineses estão fazendo a parte deles, que é investir em produção e não na especulação. Nós não estamos fazendo a nossa parte. É por isso que eles se transformaram na fábrica do mundo e o Brasil está dando passos de volta a ser uma grande fazenda. F

O Brasil, que na década de 1980 tinha uma indústria maior que a chinesa, podia perfeitamente estar hoje em melhores condições de competir com os produtos industriais importados, sejam chineses ou de qualquer lugar, não fossem vendilhões como Guedes e Bolsonaro.

No Brasil a indústria já representou 34% do PIB (Produto Interno Bruto) e hoje representa menos de 10% do PIB. Nesse período em que Guedes e Bolsonaro estiveram no poder, esta tendência suicida se agravou e o Brasil voltou a ser um país exportador de produtos primários e importador de produtos industriais.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo - SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.dfo@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Lítio: é mineral estratégico para as baterias

Decreto de Jair entrega o lítio para os monopólios estrangeiros, denuncia pesquisadora da USP

A professora e pesquisadora da USP, Elaine dos Santos, publicou um artigo no último número do *Jornal da USP* com severas críticas ao decreto de Jair Bolsonaro que submete o mercado de lítio à ação dos monopólios internacionais em detrimento dos interesses estratégicos do Brasil.

O Decreto nº. 11.110, que passa a permitir operações de comércio exterior de minerais e minérios de lítio, substituiu o Decreto n. 10.577 que protegia esse setor estratégico em todo o mundo pela sua importância na indústria de carros elétricos, na transição energética e na indústria nuclear.

“Com a sétima maior reserva mundial de lítio, e na condição de país subdesenvolvido dependente da venda de commodities, o foco da nossa estratégia deveria estar na criação de uma cadeia de valor e na competitividade do lítio brasileiro e não na liberalização do mercado”, diz a pesquisadora. Confira o artigo.

A liberalização do mercado de lítio brasileiro: qual é a estratégia?

ELAINE SANTOS (*)

Em julho deste ano o governo brasileiro anunciou a revogação do decreto que restringia as operações de importação e exportação de minerais e minérios de lítio e seus derivados.

O lítio tem tido muito destaque e sua demanda cresceu devido ao seu papel importante no desenvolvimento de baterias recarregáveis utilizadas em uma enorme gama de produtos eletrônicos e na eletromobilidade. O Brasil tem potencial para se colocar como um dos grandes produtores de lítio e tem uma história interessante na implementação desta indústria, inicialmente muito atrelada à indústria nuclear. Entender a trajetória da política nuclear brasileira pode nos ajudar a compreender a importância das políticas relacionadas ao lítio. Como referências, menciono o professor Moniz Bandeira, que possui diversos escritos sobre as animosidades políticas que delimitaram o desenvolvimento nuclear no Brasil; a dissertação apresentada em 1996 ao Instituto de Geociências da Unicamp, na qual o professor José Marques discute as dificuldades na implantação de uma indústria de sais de lítio brasileira, e os trabalhos do pesquisador do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem) Paulo Braga, referência incontornável nesta temática.

Em um breve resumo podemos dizer que, ao longo das últimas décadas, o Brasil desenvolveu uma indústria de lítio. Até o final dos anos 1990 era o único país da América Latina que possuía todos os requisitos necessários para o domínio desta cadeia, no que correspondia à produção de carbonato de lítio utilizado em graxas e lubrificantes; grandes reservas minerais, capital, tecnologia e mercado interno.

Para que o País conseguisse estabelecer a sua indústria de lítio, o Governo Federal emitiu nas décadas de 1980 e 1990 duas exposições de motivos (E.M. 020/89 e E.M. 169/94) como forma de proteger a indústria nascente. Esta proteção governamental plasmou-se no Decreto nº 2.413 de dezembro de 1997, que dispõe sobre as atribuições da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) nas atividades de industrialização, importação e exportação de minerais de lítio e seus derivados. Importa referir que o lítio é um elemento definido por lei como de interesse para a energia nuclear e a CNEN sempre teve poderes legais muito amplos, que lhe permitiam intervir no mercado caso fosse de interesse nacional. Esta proteção, inicialmente temporária, permaneceu em vigor ao longo dos últimos anos, sendo alterada pelo Decreto nº 10.577 com vigência até 2020. Em 2020, o Decreto-lei nº 10.577 foi prorrogado por mais dez anos, até 31 de dezembro de 2030.

Contudo, no dia 5 de julho de 2022, o Decreto n. 10.577 foi revogado e substituído pelo Decreto nº. 11.110, que permite operações de comércio exterior de minerais e minérios de lítio. A revogação do Decreto nº 10.577 vem na sequência de uma audiência pública (SEAE/SEPEC/ME/Nº 3/2021- quota de importação de hidróxido de lítio) que avaliou as condições de concorrência geradas pela regulação relacionada à importação do hidróxido de lítio e que alicerçou a revogação.

Desde a implementação de uma indústria de sais de lítio no Brasil, esta proteção governamental foi questionada como uma reserva de mercado que poderia atrapalhar o desenvolvimento da cadeia produtiva, o que faz todo sentido. Apesar disso, é importante ressaltar que muitos países, mesmo os mais capitalistas, mantêm proteções através de reserva de mercado em certos setores considerados estratégicos nos fatores tecnológico, social e principalmente relacionados à segurança nacional, como é o caso do lítio.

Com o novo decreto assinado pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, o mercado de lítio tende a ficar mais liberalizado e muito provavelmente a indústria da graxa e a indústria farmacêutica poderão sofrer os impactos de um mercado aberto concorrencial, principalmente porque existe uma verdadeira batalha mundial entre as montadoras para garantir o fornecimento de lítio para os veículos elétricos.

Com a sétima maior reserva mundial de lítio, e na condição de país subdesenvolvido dependente da venda de commodities, o foco da nossa estratégia deveria estar na criação de uma cadeia de valor e na competitividade do lítio brasileiro e não na liberalização do mercado. Até porque, o decreto que regulou esta matéria-prima até julho de 2022 não foi um entrave significativo para a sua exportação, e prova disto é o aparecimento, nos últimos anos no Brasil, de novos players empresariais vocacionados para exportação.

(*) **Pesquisadora do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP**

‘Mito’ ofende uma jornalista e mente sobre auxílio no debate



Debate da TV Band dos candidatos a presidente aconteceu no domingo (28/08)

1º programa de Lula compara o desastre de Bolsonaro com o “Brasil da Esperança”

A mensagem de Lula em seu primeiro programa eleitoral na TV foi contundente na crítica ao desastre representado pelo governo Bolsonaro. “São 33 milhões de pessoas passando fome”, diz o locutor, logo no início do vídeo, acrescentando que a inflação tirou o poder de compra da população.

Na voz da cantora Maríia Lemos, o primeiro verso da canção aponta para a esperança de mudanças no Brasil: “tenho fé e peço a Deus que acabe toda a dor”. “Tenho fé e peço a Deus, menos ódio e mais amor”. “Tenho fé e peço a Deus para ouvir a nossa voz”, diz a canção.

“Para a vida melhorar. Esperança para mudar”, prossegue a cantora. Em seguida aparece o ex-presidente Lula se dirigindo ao povo brasileiro e dizendo que quer reconstruir o Brasil. Ele diz estar feliz em falar de novo com o povo brasileiro, mas que “a felicidade só não é completa porque neste exato momento milhões de irmãos brasileiros e

brasileiras estão sem ter o que comer”. Como é que esse país tão rico retrocedeu tanto”, indaga.

“Como pode um governante não se importar com o sofrimento de tanta gente”, voltou a perguntar e acrescentou: nós provamos que o Brasil pode ser um país mais justo e respeitado”. “E garanto a vocês, a vida do povo vai melhorar. Já fizemos uma vez e vamos fazer melhor”, garantiu o ex-presidente.

Em seguida há uma comparação. Que país

de você quer? O que tem 33 milhões de pessoas passando fome ou o que tirou o Brasil do mapa a fome? O do salário mínimo desvalorizado ou o que aumenta o salário mínimo acima da inflação? O que cortou os investimentos em Educação ou o que mais fez universidades federais? O que aumentou o desmatamento ou que reduziu o desmatamento? O que rebaixou o Brasil para a 12ª economia do mundo ou o que levou o país para a 6ª economia do mundo?



Lula no primeiro programa do horário eleitoral

Jair foi o único a discursar em defesa do assassino da deputada Ceci Cunha

O deputado André Janones (Avante-MG) divulgou um vídeo com um trecho de um discurso de Jair Bolsonaro defendendo um assassino que havia mandado matar uma deputada para que ele, como primeiro suplente, pudesse assumir.

O caso aconteceu em 1998. A deputada Ceci Cunha, que fora eleita, foi chacinada em casa, com mais duas pessoas, a mando do primeiro suplente, Pedro Talvane Albuquerque Neto, que acabou frustrando a ação dos envolvidos. A deputada Ceci Cunha, segundo a acusação, seria uma espécie de plano B. Após o crime, Pedro Talvane ainda chegou a tomar posse na Câmara Federal, em fevereiro de 1999, mas foi cassado no dia 8 de abril por quebra de decoro parlamentar.

RELEMBRE

Na época, um pistoleiro de aluguel confessou em depoimento à polícia que foi procurado para fazer o serviço. A Polícia Federal não teve dúvida. O político tinha encomendado aquela morte. Ele

foi condenado em 2012. Uma comissão da Câmara recomendou sua cassação. O caso foi a plenária e a medida foi aprovada por 425 a 29. Só um foi ao microfone defender o assassino. Este deputado era Jair Bolsonaro.

Pedro Talvane Albuquerque Neto foi condenado em 2012 pelo Tribunal do Júri da Justiça Federal de Alagoas. Os jurados reconheceram a acusação de que o crime foi planejado porque ele não se conformava em não ter sido eleito e acabou como primeiro suplente de deputado. Com a morte, Albuquerque poderia obter o cargo.

A deputada Ceci Cunha, seu marido, Juvenal Cunha da Silva; o cunhado Iran Carlos Maranhão Pureza; e a mãe de Iran, Itala Neyde Maranhão foram assassinadas a tiros no dia 16 de novembro de 1998. No momento do crime, as vítimas preparavam uma comemoração na casa de Iran, no bairro Gruta de Lourdes, em Maceió. Ceci seria diplomada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) nesse dia.

O ex-deputado Talvane Albuquerque foi condenado a 103 anos e quatro meses de reclusão como autor intelectual. Além dele, Jádilson Bar-

foi condenado em 2012. Uma comissão da Câmara recomendou sua cassação. O caso foi a plenária e a medida foi aprovada por 425 a 29. Só um foi ao microfone defender o assassino. Este deputado era Jair Bolsonaro.

Pedro Talvane Albuquerque Neto foi condenado em 2012 pelo Tribunal do Júri da Justiça Federal de Alagoas. Os jurados reconheceram a acusação de que o crime foi planejado porque ele não se conformava em não ter sido eleito e acabou como primeiro suplente de deputado. Com a morte, Albuquerque poderia obter o cargo.

RELEMBRE

Na época, um pistoleiro de aluguel confessou em depoimento à polícia que foi procurado para fazer o serviço. A Polícia Federal não teve dúvida. O político tinha encomendado aquela morte. Ele

foi condenado em 2012. Uma comissão da Câmara recomendou sua cassação. O caso foi a plenária e a medida foi aprovada por 425 a 29. Só um foi ao microfone defender o assassino. Este deputado era Jair Bolsonaro.

Pedro Talvane Albuquerque Neto foi condenado em 2012 pelo Tribunal do Júri da Justiça Federal de Alagoas. Os jurados reconheceram a acusação de que o crime foi planejado porque ele não se conformava em não ter sido eleito e acabou como primeiro suplente de deputado. Com a morte, Albuquerque poderia obter o cargo.

A deputada Ceci Cunha, seu marido, Juvenal Cunha da Silva; o cunhado Iran Carlos Maranhão Pureza; e a mãe de Iran, Itala Neyde Maranhão foram assassinadas a tiros no dia 16 de novembro de 1998. No momento do crime, as vítimas preparavam uma comemoração na casa de Iran, no bairro Gruta de Lourdes, em Maceió. Ceci seria diplomada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) nesse dia.

O ex-deputado Talvane Albuquerque foi condenado a 103 anos e quatro meses de reclusão como autor intelectual. Além dele, Jádilson Bar-

bosa da Silva e José Alexandre dos Santos foram condenados a 105 anos; Alcécio César Alves Vasco, a 86 anos e cinco meses; e Mendonça da Silva a 75 anos e sete meses. Todos os acusados foram condenados a cumprir pena em regime fechado.

OUTROS

Esta não foi a primeira vez que Jair Bolsonaro defendeu assassinos na tribuna da Câmara. Em 27 de outubro de 2005 ele subiu ao plenário para discursar em apoio ao assassino de aluguel e miliciano, Adriano Nóbrega, chefe de milícia de Rio das Pedras, região de onde veio Fabrício Queiroz, o faz tudo da família. Adriano tinha sua mãe e ex-mulher nomeadas como funcionárias fantasmas no gabinete de Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio.

Adriano chefiava também o “escritório do crime”, uma central de assassinatos de aluguel das milícias que tinha também como participante, Ronnie Lessa, vizinho de Jair Bolsonaro na Barra da Tijuca e que esteve envolvido no assassinato da vereadora Merielle Franco e de seu motorista. Adriano Nóbrega acabou sendo morto numa operação da polícia no interior da Bahia. Ele era um ex-PM e xímio atirador.

Adriano chefiava também o “escritório do crime”, uma central de assassinatos de aluguel das milícias que tinha também como participante, Ronnie Lessa, vizinho de Jair Bolsonaro na Barra da Tijuca e que esteve envolvido no assassinato da vereadora Merielle Franco e de seu motorista. Adriano Nóbrega acabou sendo morto numa operação da polícia no interior da Bahia. Ele era um ex-PM e xímio atirador.

Adriano chefiava também o “escritório do crime”, uma central de assassinatos de aluguel das milícias que tinha também como participante, Ronnie Lessa, vizinho de Jair Bolsonaro na Barra da Tijuca e que esteve envolvido no assassinato da vereadora Merielle Franco e de seu motorista. Adriano Nóbrega acabou sendo morto numa operação da polícia no interior da Bahia. Ele era um ex-PM e xímio atirador.

Adriano chefiava também o “escritório do crime”, uma central de assassinatos de aluguel das milícias que tinha também como participante, Ronnie Lessa, vizinho de Jair Bolsonaro na Barra da Tijuca e que esteve envolvido no assassinato da vereadora Merielle Franco e de seu motorista. Adriano Nóbrega acabou sendo morto numa operação da polícia no interior da Bahia. Ele era um ex-PM e xímio atirador.

Adriano chefiava também o “escritório do crime”, uma central de assassinatos de aluguel das milícias que tinha também como participante, Ronnie Lessa, vizinho de Jair Bolsonaro na Barra da Tijuca e que esteve envolvido no assassinato da vereadora Merielle Franco e de seu motorista. Adriano Nóbrega acabou sendo morto numa operação da polícia no interior da Bahia. Ele era um ex-PM e xímio atirador.

Adriano chefiava também o “escritório do crime”, uma central de assassinatos de aluguel das milícias que tinha também como participante, Ronnie Lessa, vizinho de Jair Bolsonaro na Barra da Tijuca e que esteve envolvido no assassinato da vereadora Merielle Franco e de seu motorista. Adriano Nóbrega acabou sendo morto numa operação da polícia no interior da Bahia. Ele era um ex-PM e xímio atirador.

Lula rebateu mostrando que a lei não prevê auxílio depois de dezembro como tinha dito Bolsonaro

A mentira é a principal ‘arma’ de campanha do presidente Jair Bolsonaro (PL). O jornalista Rodolfo Schneider perguntou sobre os auxílios à população. A manutenção ou não para o ano que vem. Ele questionou de onde sairá o dinheiro, já que o orçamento para 2023 só prevê R\$ 400.

Ao responder à pergunta, o chefe do Executivo mentiu quando disse que o PT havia votado contra a ampliação dos auxílios. O PT e os demais partidos de oposição votaram a favor, embora tenham criticado, que Bolsonaro só ampliou os benefícios às vésperas da eleição.

Bolsonaro insistiu na mentira de que vai manter o auxílio a partir do ano que vem — embora não tenha colocado no orçamento — e disse que o valor se aproxima do valor necessário a sair da linha da pobreza. Ele disse, ainda, que está conversando com a equipe econômica, que elaborou o orçamento com os R\$ 400 e não com R\$ 600.

O ex-presidente Lula lembrou que o aumento de R\$ 600 não está na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e disse que Bolsonaro estava mentindo. Ele afirmou que a bancada do PT votou favorável e que tentava colocar os R\$ 600 há meses. Disse, ainda, que é preciso haver aumento de emprego e que o candidato a reeleição adora citar números absurdos que nem ele acredita e cita venda das estatais.

O primeiro debate presidencial, realizado neste domingo (28) foi exibido pela Band, com candidatos à Presidência da República, Ciro Gomes (PDT), Jair Bolsonaro (PL), Luiz Felipe D’Avila (Novo), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Simone Tebet (MDB) e Soraya Thronicke (União Brasil). O debate foi organizado pelo pool de veículos de imprensa que reuniu Folha de S.Paulo, UOL, TV Bandeirantes e TV Cultura.

ATAQUE ÀS MULHERES

A jornalista Vera Magalhães ao fazer pergunta a Ciro Gomes sobre a cobertura vacinal baixa para várias doenças, como poliomielite, com resposta de Bolsonaro, ela tirou o presidente da zona de conforto. Ela perguntou se a desinformação sobre vacina, difundida inclusive pelo presidente, afetou essa busca das pessoas por vacinas.

“Está tudo está fora do lugar no Brasil”, criticou o candidato do PDT. “Choca ouvir o presidente falar que o Brasil está bombando” na economia, disse. “Cinco milhões de brasileiros estão no desalento”. O “desemprego aberto [10 milhões]. Mas o que mais choca, segundo Ciro, é que “quase 50 milhões de pessoas estão esfoladas na informalidade.”

Logo em seguida, Bolsonaro disse: “Vera, não podia esperar alguma coisa de você. Você dorme pensando em mim, tem alguma paixão por mim. Você não pode tomar partido no debate como esse. Fazer acusações mentirosas a meu respeito. Você é uma vergonha para o jornalismo brasileiro”. A jornalista não teve a oportunidade de se defender.

Ciro afirmou que “50 milhões de brasileiros vão envelhecer sem aposentadoria”. Sobre vacina, disse que era trivial. A meta quando foi governador era 100%. Ele falou que é o desastre brasileiro por onde se queira considerar.

Na réplica, Bolsonaro atacou a jornalista Vera Magalhães. Disse que a jornalista toma partido e que ela “é uma vergonha”. E, em vez da resposta, ele gastou o tempo dele com ataques à jorna-

Padre Lancelotti: Bolsonaro “nunca viu fome porque não sai de cima da moto”

Ninguém mais abalizado do que o padre Júlio Lancelotti para desmascarar a mais nova mentira de Bolsonaro. O padre disse que não é só um ou outro, ele vê legiões de miseráveis todos os dias. Mas, Bolsonaro afirmou, em entrevista na sexta-feira (26), que não há fome no Brasil. “Esse negócio de fome não é bem assim. Você vê alguém pedindo pão na porta? Não vê, pô”, afirmou o sociopata do Planalto.

Como ele só vive em motociatas, andando para baixo e para cima, ou em passeios de lancha nas praias do litoral, sem contato nenhum com as pessoas simples, a não ser com seus seguidores mais fanáticos, ele não vê nada, não vê fome, não vê miséria. Por isso ele disse que a fome não existe no Brasil.

O padre Júlio Lancelotti rebateu nas redes sociais esse absurdo, dito pelo chefe do

lista, mas também faz ataque a Simone Tebet, presidente do MDB. Também sobrou azedume de Bolsonaro contra a candidata Soraya Thronicke, do União Brasil. Ciro também criticou Bolsonaro. “Enquanto continuar esse nível de agressividade o país não vai melhorar”, pontificou.

RESGATE DA VERDADE

A instituição do auxílio emergencial de R\$ 600 no auge da pandemia, não foi obra do governo. Bolsonaro havia proposto apenas R\$ 200. Foi o Congresso que instituiu o valor que mais que triplicou o benefício.

O projeto para ampliação do benefício foi primeiro aprovado no Senado, e depois pelos deputados federais. Todavia, Bolsonaro sancionou o projeto, apesar da enorme emergência do auxílio, no último dia do prazo de que dispunha.

RAIVA DAS MULHERES

Perguntando a Bolsonaro, a candidata Simone Tebet (MDB) disse que o atual presidente defende assassino e torturadores, comete misoginia e agride as mulheres brasileiras e indagou: “por que tem raiva das mulheres?”

“Me acusa sem prova nenhuma. [...] Fui o governo que mais sancionou leis pelas mulheres. [...] Não cola mais. [...] Chega de vitimismo, somos todos iguais”, disse. “Faz política, fala coisa séria, não fica aqui fazendo mimimi”, completou. Disse que fez muito pelas mulheres. Faltou perguntar por que ele manteve durante quase quatro anos o tarado da Caixa Econômica, Pedro Guimarães, em presidência do banco, denunciado por abusos sexuais contra as funcionárias e que propôs até uma orgia “(todo mundo nu)”. Guimarães era muito próximo de Bolsonaro, estando ao lado dele em muitas lives.

Tebet respondeu que Bolsonaro destila ódio e é uma fábrica de fake news. “Lugar da Presidência é lugar de exemplo, de coisa séria”.

‘TCHUTCHUCA’

A postura de Bolsonaro gerou reação da candidata Soraya Thronicke.

“Quando homens são tchutchuca com outros homens, mas vêm para cima da gente sendo tigrão, eu fico extremamente incomodada. Aí eu fico brava, sim, e digo mais para você. Lá no meu Estado tem mulher que vira onça, e eu sou uma delas”, criticou Thronicke.

“Eu não aceito esse tipo de comportamento e de xingamento e, acima de tudo, disseminar ódio entre os brasileiros e nos dividir”, ressaltou a candidata.

SISTEMÁTICA

No 1º bloco, os candidatos responderam perguntas, feitas pela organização do debate, sobre temas dos planos de governo.

Em seguida, candidatos escolheram adversário para fazer pergunta. Aquele que faz o questionamento teve direito a réplica. Cada um fez uma pergunta e pôde ser escolhido uma vez.

No 2º bloco, teve perguntas de seis jornalistas das empresas que organizaram o debate. Cada jornalista escolheu um candidato para responder e outro para comentar a resposta.

No 3º bloco, abriu-se o debate com mais uma rodada de perguntas e respostas entre os candidatos, com réplica para aquele que fez o questionamento.

Em seguida, eles responderam novas perguntas sobre planos de governo

O debate terminou com as considerações finais de cada candidato.

M. V.

Amazônia registra maior média de queimadas do governo Bolsonaro

“Foi o pior dia de agosto desde ao menos 2017”, afirmou Ane Alencar, diretora de Ciência do Ipam e coordenadora do MAPBiomias sobre os incêndios criminosos provocados na Floresta Amazônica

Nos últimos sete dias os focos de incêndio fizeram o bioma viver sua maior média diária de focos de calor sob o governo de Jair Bolsonaro. Somente ontem foi registrado um recorde de queimadas: 3.358 focos de incêndio, o maior número para o mês em pelo menos cinco anos.

Os números superam o total registrado no mês de junho deste ano, quando foram 2.562 focos identificados por satélite pelo Inpe.

Nesses últimos sete dias, foram contabilizados 13.174 focos de queimadas, o que dá em torno de 1.882 ao dia.

Até então, as piores médias diárias registradas pelo Inpe no atual governo foram em agosto de 2019 (média de 996/dia) e setembro de 2020 (média de 1.067/dia).

No primeiro semestre de 2020, a Amazônia já havia registrado uma alta de 17% nas queimadas.

“Estamos chegando perto da metade da estação de fogo na Amazônia e já estamos registrando mais de 3.000 focos em um só dia”, diz Alencar.

“Esse número é maior do que aconteceu no ‘Dia do Fogo’, indicando que as previsões sobre aumento do fogo em anos de eleição começam a se concretizar”, observa a coordenadora do MapBiomias.

O ‘Dia do Fogo’, aconteceu entre os dias 10 e 11 de agosto de 2019, quando, desmatadores, de forma coordenada, atearam fogo às margens da BR-163, no Pará, com foco em Novo Progresso.

Na ocasião, o Inpe detectou 1.457 focos de calor no estado. Já entre domingo e ontem, esse número foi ainda maior: 2.238.

“Este é só o início do verão Amazônico, estação com menos chuvas e umidade, onde infelizmente a prática de queimadas e incêndios florestais criminosos explodem”, disse o porta-voz da [Amazônia](#) do Greenpeace Brasil, Rômulo Batista.

Para piorar, nesta época, prossegue Batista, há queimadas “nas áreas que foram derrubadas recentemente e deixadas para secar, ou mesmo queimando áreas de florestas que já foram degradadas pela extração ilegal de madeira”.

E nesse bimestre que ocorre a chamada estação do fogo. Nos últimos dias, ele se concentrou principalmente na região mais ao sul da Amazônia, em especial no estado do Pará e no sul do Amazonas.

Além de destruir a [biodiversidade](#), a fumaça dos incêndios também afeta a saúde da população local, explica o porta-voz do Greenpeace.

Agosto e setembro costumam ser os meses mais devastadores dos incêndios florestais na Amazônia.

Ane Alencar acredita que o fogo deve continuar crescendo na região, já que a Amazônia enfrentou, nos últimos meses, um desmatamento muito alto.

De agosto de 2021 até julho de 2022, foram derrubados 8.590,33 km² do bioma, área maior que a da Grande São Paulo.

Presidente da Funai oferece apoio a miliciano preso por arrendar terras indígenas em Mato Grosso

Em um telefonema interceptado pela Polícia Federal com autorização da Justiça, o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marcelo Augusto Xavier, manifestou apoio a um servidor Jussielson Silva, preso em maio por arrendar terras indígenas no Mato Grosso.

Segundo Jussielson, o chefe da Funai seria “o apoio de fogo” dos criminosos que negociavam o arrendamento dos territórios indígenas. Em resposta, Xavier tenta tranquilizar o servidor detido: “pode ficar sossegado”.

A gravação da conversa foi anexada a um relatório da PF que aponta que Xavier deu “sustentação à ilegalidade”. O material foi divulgado pelo jornal “O Globo”.

A interceptação da PF que flagrou Xavier foi feita no início deste ano durante a investigação que prendeu o chefe da Funai no município de Ribeirãoascalheira (MT), o ex-fuzileiro naval Jussielson Silva, além de um policial militar e um ex-PM, sob a suspeita de cobrança de propina para alugar pastos ilegalmente na

“Acho que daqui para a frente podemos esperar mais queimadas, pois tem o que queimar, muito desmatamento ocorreu. É só esperar se o clima vai ajudar”, afirma.

Diferentemente de outros biomas pelo mundo, na Amazônia não há queimadas causadas por autocombustão. Elas são em quase 100% dos casos relacionadas à ação humana no processo conhecido como limpeza de área.

O fogo é o elemento principal para limpar uma área depois da ação do desmate. Ele destrói os demais materiais vivos e prepara o terreno para virar um pasto.

No último domingo, Manaus, capital do Amazonas, foi invadida por uma onda de fumaça em consequência das queimadas, causando desconforto, conforme relatos de moradores pelas redes sociais.

Desde a posse de Jair Bolsonaro, em janeiro de 2019, o desmatamento médio anual na Amazônia aumentou 75% em comparação com a década anterior.

O governo Bolsonaro tem trabalhado para enfraquecer a legislação ambiental e órgãos fiscalizadores como o Ibama, por exemplo.

Em março, o presidente do órgão, Eduardo Bim, assinou um despacho em que anula etapas de processos de infração ambiental.

O Decreto nº 11996516/2022, de Bin, amplia as possibilidades de prescrição das multas aplicadas a pessoas e empresas que cometem crimes ambientais.

A decisão fez com que um total de 164 multas ambientais aplicadas pelo Ibama nos últimos dois anos voltassem à estaca zero. Boa parte dos casos envolvem madeireiros, conforme dados obtidos pela Agência Pública via Lei de Acesso à Informação.

Não é a primeira vez que Eduardo Bim beneficia infratores ambientais. Em 2020, ele chegou a se reunir com madeireiros antes de divulgar um despacho afrouxando as regras para exportação de madeira.

Essa decisão forçou à saída do então ministro Ricardo Salles do Ministério do Meio Ambiente, mas não impediu que a boiada passasse, como ele queria.

As 164 infrações prescritas a mando de Eduardo Bim entre 31 de dezembro de 2021 e 10 de junho de 2022, resultaram em 158 processos.

Vinte e quatro casos são de empresas que atuam na fabricação de móveis e serrarias. Cinco dos proprietários são sócios de madeireiras. Juntos, pessoas físicas e jurídicas somam R\$ 42,8 milhões em multas.

Dados mais recentes mostram que no Mato Grosso do Sul há pelo menos quatro multas ambientais, no valor de R\$ 253,025 mil, com risco de prescrever por falta de ação do Ibama.

Os crimes, cometidos em 2002, 2013 e 2017 resultaram em 2.296 processos e totalizam 253 mil. O levantamento é da agência de dados independentes Fiquem Sabendo, especializada no acesso à informação.

reserva indígena Marãiwat-sédé.

A região ocupa uma área equivalente a 165 mil campos de futebol espalhados em três municípios matogrossenses. No local, segundo o Instituto Socioambiental (ISA), há 781 indígenas xavantes em mais de dez aldeias.

No dia 18 de fevereiro, o presidente da Funai e Jussielson da Silva, o servidor do órgão, conversaram ao telefone por 5 minutos e 48 segundos.

“Eu vou dar ciência já do caso ao corregedor lá de Mato Grosso, ao corregedor nacional da Polícia Federal aqui e já vou acionar nossa corregedoria para atuar nisso aqui. Pode ficar tranquilo”, diz Xavier no áudio.

Jussielson responde: “Eu agradeço porque a gente está na ponta da lança. O senhor é o meu apoio de fogo. O senhor me protegendo, fico mais feliz ainda”, conforme a interceptação da PF.

O presidente da Funai continua: “Pode ficar tranquilo aí que você tem toda a sustentação aqui. Pode ficar sossegado”.



Em apenas sete dias, foram contabilizados 13.174 focos de queimadas

Haddad prioriza combate à fome e Garcia defende “manter as conquistas” de São Paulo

O ex-prefeito de São Paulo e candidato a governador do Estado, Fernando Haddad (PT), fez seu primeiro programa eleitoral na televisão com a presença de Lula e Alckmin e disse que sua prioridade é o combate à fome e à desigualdade social.

O candidato de Jair Bolsonaro, Tarcísio de Freitas (Republicanos), esforçou-se para se apresentar como homem da “mão na massa” e mostrou fotos de família.

Os horários de propaganda eleitoral gratuita começaram nesta sexta-feira (26). Fernando Haddad disse, no começo de seu programa, que os demais candidatos iriam mostrar álbuns de foto “como se no Estado mais rico do país a gente não tivesse 7 milhões de paulistas enfrentando a pobreza e a fome, e 3,5 milhões sem emprego”.

“O mais importante pra mim é falar sobre como vamos melhorar a vida das pessoas”, continuou o líder nas pesquisas eleitorais em São Paulo.

Haddad buscou se contrapor ao “aumento de impostos, preços altos” e do descaso, se aproximando de Lula, com o qual provou “que é possível crescer com mais oportunidade, emprego, comida na mesa e com o povo em primeiro lugar”.

O ex-prefeito de São Paulo se comprometeu a aumentar o salário mínimo no Estado para R\$ 1.580, “repondo integralmente as perdas para inflação”.

Também falou de criar programas de combate à desigualdade e a fome, além de outros para gerar empregos e renda com urgência.

Haddad disse que buscará “reconstruir o país pelo caminho da paz, da democracia e da justiça social”.

O ex-governador e candi-



Candidatos iniciaram campanha na TV e Rádio

dato a vice na chapa de Lula, Geraldo Alckmin, aparece no programa chamando Haddad de “melhor ministro da Educação do país”. Disse ainda que Haddad “é o único candidato preparado para o grande desafio de governar São Paulo”.

O ex-presidente Lula disse que os outros candidatos “representam parte do problema, Haddad é parte da solução”.

A pesquisa Datafolha mostra que Fernando Haddad tem 38% das intenções de voto, seguido por Tarcísio Freitas, com 16%, e Rodrigo Garcia, com 11%.

TARCÍSIO FREITAS

O candidato de Jair Bolsonaro ao governo de São Paulo, Tarcísio Freitas, falou no programa que é “engenheiro, mão na massa. São Paulo pode mais, está andando devagar”. Freitas mostrou fotos de família.

A propaganda eleitoral lembra que ele trabalhou nos governos de Dilma e Temer. Bolsonaro aparece na gravação e fala: “meus amigos paulistas, pode confiar [sic]. Um dos melhores ministros da infraestrutura que tivemos no Brasil”.

Natural do Rio de Janeiro, Tarcísio se esforçou para se

apresentar aos paulistas, tentando desfazer a imagem de desconhecido, mostrando-se como um realizador e amparado por Bolsonaro, que pede voto para o candidato.

RODRIGO GARCIA E ELVIS

O atual governador de São Paulo e candidato à reeleição, Rodrigo Garcia, se disse “nem direita e nem de esquerda”, além de ser um “um candidato independente”. “Estou aqui para manter as conquistas e defender a independência dos paulistas”.

“Eu não sou candidato para defender partido político e nem projeto de poder”, disse. “Não quero que São Paulo se transforme em um parquinho de diversão para presidente da República ter palanque e ganhar mais votos”, continuou.

Elvis Cezar, candidato do PDT, disse que vai usar o tempo de propaganda gratuita na TV para falar de suas propostas nas eleições e não para mostrar suas fotos de criança e com a família. Falou pela igualdade feminina e fez uma homenagem às mulheres.

O candidato do Novo, Vinicius Poit (Novo), bradou “chega dos mesmos!” e criticou os impostos.

Na TV, Freixo defende potencial do petróleo para investimento em infraestrutura e emprego no Rio

Na estreia da propaganda eleitoral em rádios e TVs, nesta sexta-feira (26), o candidato a governador pelo Rio de Janeiro, Marcelo Freixo (PSB), centrou sua investida no potencial petrolífero do estado como fundamental para gerar “desenvolvimento, com investimentos em educação, habitação, segurança pública, saúde e na geração de empregos”.

Segundo Freixo, “o estado, que responde por mais de 80% da produção de petróleo do país, precisa ganhar investimentos nas áreas de infraestrutura, da indústria naval e portos, e canalizar os recursos do petróleo para a população, recuperar o protagonismo do Rio, com empregos, segurança aliada à inteligência e bandido na cadeia, escolas, saúde e habitação”.

Enquanto o candidato Cláudio Castro (PL) escondeu no programa o seu aliado Bolsonaro, Marcelo Freixo apareceu em inserções ao lado do ex-presidente Lula, que pediu votos, afirmando que, para vai voltar a se desenvolver com “emprego, renda, respeito às mulheres, o Rio só tem um nome: Marcelo Freixo”.



Candidato ao governo do Rio, Marcelo Freixo (PSB)

Cláudio Castro fez um programa alheio à corrupção que cerca o seu governo, em especial o escândalo da Ceperj e seus 18 mil funcionários secretos, e fez um apanhado de suas “realizações” à frente do governo “há apenas dois anos”, quando assumiu em substituição ao titular Wilson Witzel, de quem era vice, afastado também em decorrência de esquemas de corrupção. “Perdi minha mãe quando tinha quatro anos e, desde então, a superação anda sempre comigo”, disse.

O candidato Rodrigo Neves (PDT) centrou o programa resgatando seus dois mandatos vitoriosos à frente da prefeitura de Niterói, e disse que ao assumir o governo logo após a tragédia do Morro do Bumba, assumiu “o desafio de recuperar a cidade” e levou Niterói “a ocupar a posto de melhor qualidade de vida no estado e a sexta no Brasil”. “Agora é hora de trabalhar para o povo do nosso estado, com emprego, transparência e boa gestão”, afirmou.



Pastores repudiaram o uso da religião

Pastor batista condena “maligna mistura da religião evangélica com bolsonarismo”

Lideranças de diferentes ramificações protestantes criticaram o uso da religião na campanha eleitoral de 2022. Na visão dos pastores, a promoção do bolsonarismo dentro dos templos e o discurso do medo que a mudança de governo causaria a perseguição dos evangélicos são prejudiciais para a boa fé e manipulam a opinião do povo.

Em declarações dadas à coluna do jornalista Chico Alves, do portal UOL, cinco pastores de ramificações protestantes apresentaram seus argumentos críticos sobre a influência da fé na campanha eleitoral de 2022.

Para o pastor Levi Araújo, da Igreja Batista, há uma “maligna mistura da religião evangélica com o bolsonarismo”.

“Não há nada mais perigoso para as conquistas civilizatórias do que essa maligna mistura da religião evangélica com o bolsonarismo. Um líder espiritual tem o direito de não abrir ou abrir o seu voto, mas jamais de impor o seu voto ou de manipular os seus seguidores para em nome do seu Deus votarem em quem ele vota”, criticou.

Segundo Levi, “um líder espiritual não tem o direito de se omitir e não se posicionar – ficar isento, em cima do muro – em casos extremos de risco e comprometimento do Estado Democrático de Direito, do Estado Laico, das políticas públicas de seguridade social, dos direitos humanos, da destruição da criação (natureza, florestas, biomas, animais?) e da banalização da violência contra toda forma de vida”.

A pastora Romi Bencke, da Igreja Luterana, considera que a mistura de tradições evangélicas e a política partidária deve ser vista com “muita preocupação”.

“A mistura, durante a campanha eleitoral, entre expressões de tradições evangélicas e a política partidária é péssima tanto para a fé evangélica quanto para a qualidade do debate político. Uma campanha político-eleitoral deveria centrar-se em projetos para o país. Não nos faltam problemas para resolver, sendo que o mais grave é a desigualdade econômica. A partir do momento em que colocam Deus e o Diabo como tema de campanha eleitoral, os assuntos que realmente importam tornam-se secundários, quando não invisibilizados. É claro que a fé, seja ela cristã ou não, tem uma dimensão política. No entanto, esta dimensão tem relação com a coletividade, com o bem comum. A Igreja não é partido político e nem deve ser. A simbiose entre igrejas e partidos políticos precisa ser considerada como um dos principais aspectos de reforma do atual sistema político”, disse.

MANIPULAÇÃO DA BOA FÉ

Liderança da Igreja Pentecostal, o pastor Eliel Batista, considera que “não existe posicionamento apolítico, porque não existe nenhuma sociedade ou vida comunitária que não seja política. Entretanto, o uso da religião para disputa de poder eleitoral é extremamente prejudicial para a fé e uma manipulação da boa-fé do povo, porque esse uso entra numa guerra que não lhe pertence, leva as pessoas a cometerem perversidades em nome de defender um candidato específico e muitos se perdem do caminho, abandonando verdades que abraçaram quando adotaram a fé cristã. Uma das coisas que para mim demonstra que uma significativa parcela do povo evangélico está perdida vem da constatação de que aqueles que defendem valores universais, como o Direito à Vida e a liberdade dos oprimidos, não têm sido vistos como defensores do bem comum e de valores universais. Ao contrário, são tidos como defensores de algum partido político ou espectro político-partidário, e algumas vezes tomados como cabos eleitorais de determinado candidato. Isso é um verdadeiro desvio da fé. Vejamos: não é a religião em si, mas um desvio dela, que na fé é chamado de adultério espiritual”.

Para o pastor Edson Nunes Junior, da Igreja Adventista: “Enquanto cristãos, o que nos define é o modelo de reino ensinado por Jesus, que em nenhum momento estabeleceu um sistema político, embora tenha sido tentado a receber o poder e a glória das nações. Ele enfatizou que o reino de Deus não era “desse mundo”. Essa posição não isenta o cristão de agir ou ser a favor de ações que visem mitigar o sofrimento e a opressão causada pelo poder constituído, mas demonstra que deve existir uma distinção entre o reino dos homens e o Reino de Deus. Aliás, quando perguntado se era o Messias, Jesus respondeu com ações praticadas por ele que eram justamente a libertação de marginalizados e esquecidos pela sociedade: “os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos são ressuscitados, e aos pobres é pregado o evangelho.” (Mateus 11:5)”.

Por fim, para o pastor Nilson Gomes, da Assembleia de Deus, “a igreja não é uma agremiação política partidária e, em hipótese alguma, pode se tornar fiadora de qualquer candidato, partido ou ideologia política. Agora, é bem verdade que é importante o posicionamento da igreja, mas esse posicionamento precisa ser a partir de uma consciência política que busca promover o bem e a justiça. Mas nunca militância política partidária como tem acontecido em larga escala a ponto de inviabilizar o papel da própria igreja como embaixadora do Reino de Deus. O movimento evangélico precisa entender que a bandeira da igreja é o Evangelho de Jesus Cristo, e não partidos ou qualquer lado político”, concluiu.

“Piso não é surpresa e sistema de saúde tem condições de arcar”, diz Conselho de Enfermagem

A resistência do governo e de setores da medicina privada, como os planos de saúde, em acatar o piso nacional da Enfermagem, aprovado no Congresso Nacional, foi repudiada pelo presidente do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo (Coren-SP), James Francisco Pedro dos Santos, em artigo publicado na Folha de São Paulo.

Ao contrário da declaração recente do ministro Paulo Guedes, afirmando que o piso é uma “distorção”, e de setores públicos e privados que até já começam a demitir enfermeiros e técnicos em saúde, alegando que não há recursos para arcar com as despesas, James Francisco afirma que o sistema de saúde “tem, sim, condições de arcar com o piso nacional da enfermagem”.

Ele inicia seu artigo afirmando que “a lei 14.434/2022, que institui o piso salarial da enfermagem em R\$ 4.750, representa um marco histórico da profissão e da saúde brasileira, simbolizando a correção de décadas de salários desvalorizados e incompatíveis com as responsabilidades e riscos inerentes à categoria”, e que, “não é a primeira vez que a enfermagem se depara com a resistência do mercado na conquista de direitos”.

Segundo James Francisco, já que o piso salarial da enfermagem vem sendo discutido desde 2020 e os valores já eram conhecidos, não pode agora ser tratado “com surpresa”.

“Projeto da mesma natureza já tramitava há mais de duas décadas no Congresso. Portanto, houve tempo para definição de fontes de financiamento, da mesma forma para discutir uma saída para a situação das Santas Casas e prefeituras, cujas dificuldades financeiras são antigas e recorrentes, independentemente do piso da enfermagem”.

Falando de números, ele alega que “o relatório de impactos financeiros aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados demonstrou a viabilidade da proposta, correspondendo a apenas 2,7% do PIB da Saúde em 2020; e a um acréscimo de 2,02% na massa salarial anual dos contratantes, além de apenas 4,8% do faturamento dos planos de saúde em 2020, que, segundo dados da Organização Mundial da Saúde, tiveram um aumento do lucro líquido de 49,5% no mesmo ano”.

Ele defende ainda, “celeridade” nos debates sobre as fontes de financiamento, como desoneração das folhas de pagamento, destinação de parcela da arrecadação da regulamentação de jogos de azar e utilização de recursos dos royalties de exploração de petróleo, para garantir a viabilidade financeira do piso.

Segundo ele, “este é um momento de união entre os setores da saúde e os políticos para buscar caminhos que assegurem esse direito”, e que “não se pode admitir que a conta da falta de financiamento recaia sobre a enfermagem, que é a espinha dorsal da saúde e merece a devida valorização”.

“É urgente a revogação da emenda constitucional 95, o teto de gastos, que, de acordo com o Conselho Nacional de Saúde (CNS), retirou R\$ 22,5 bilhões de investimentos do setor entre 2018 e 2020”.

Ele cita que “o Dieese calculou, em abril, que o sustento mínimo de uma família de quatro pessoas demanda mais de R\$ 6.000. Em 2018, o Ipea estimou que quase metade dos lares brasileiros eram comandados por mulheres. A enfermagem é composta por mais de 80% de mulheres, muitas vezes mantendo mais de um vínculo de trabalho para obter condições mínimas de sobrevivência. Com a lei 14.434, os enfermeiros terão um piso de R\$ 4.750, ainda aquém das demandas de uma família. Além disso, levantamento realizado pelo Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo (Coren-SP) mostrou que cerca de 80% dos profissionais do estado têm rendimentos inferiores a quatro salários mínimos”.

E afirma que “Saúde não se faz apenas com números. O setor é movido por pessoas que lidam com vidas e que demonstraram na pandemia uma realidade que já era óbvia: a categoria se arrisca diariamente na linha de frente”.

Gov. federal não garante reajuste salarial para os servidores em 2023



Apoena Feita/ASFOC-SN



Tânia Rego/Agência Brasil

Entrevistadores do Censo 2022 desistem do trabalho por falta de verba e segurança

Desde o início da coleta de dados para o Censo 2022 do IBGE, 6.550 recenseadores desistiram do trabalho devido à falta de estrutura e atraso nos pagamentos. A pesquisa, que tinha como meta alcançar o número ideal de 183 mil funcionários temporários, iniciou em 1º de agosto já com um déficit estimado de 15 mil entrevistadores.

Em nota, o Sindicato dos Trabalhadores do IBGE (Assibge) atribui as desistências, essencialmente, ao corte no orçamento do Censo imposto pelo governo federal. “O corte de R\$ 800 milhões tanto determinou a piora na remuneração do recenseador em relação ao previsto originalmente, quanto inviabilizou uma divulgação mais ampla da pesquisa, o que dificulta demais o trabalho. Sem saber sobre o Censo, sem estar confiante sobre o que ele é e como é feito, uma parte da população não tem aberto a porta para os recenseadores e em alguns casos até age agressivamente contra eles. Sem recomposição do orçamento, o IBGE não vai conseguir terminar o Censo com qualidade”, disse nota do Núcleo Chile do Assibge.

Além dos relatos dos servidores sobre as condições precárias para o trabalho, o atraso no pagamento de 44 mil recenseadores foi divulgado pelo próprio IBGE no início de agosto. Em 2019, o custo da pesquisa nacional foi estimado em R\$ 2,3 bilhões. Em 2020, considerando a elevação da inflação, os valores sofreram reajustes pela equipe técnica do IBGE para mais de R\$ 3,4 bilhões. Em meio a pressões do governo pela redução no orçamento, apenas R\$ 53 milhões foram garantidos por Bolsonaro, o que inviabilizava até mesmo os preparativos para a pesquisa. Somente após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), o IBGE conseguiu assegurar uma complementação orçamentária para os trabalhos preparatórios em 2021 e a verba para a coleta em 2022, ainda com cerca de R\$ 1 bilhão a menos que o necessário para garantir que os recenseadores tenham condições materiais para visitar todos os cerca de 75 milhões de lares brasileiros, nos 5.570 municípios do país.

Com a alta da inflação provocada principalmente pela elevação de custos de combustíveis, a possibilidade de um novo aporte de recursos chegou a ser defendida pelo Diretor de Pesquisas do IBGE, Cimar Azeredo, mas o órgão refutou essa opção, afirmando publicamente que as verbas já solicitadas e obtidas no orçamento federal eram suficientes para garantir a operação.

O Orçamento de 2022, com os R\$ 2,3 bilhões para a realização do Censo, sofreu com a desvalorização provocada pela inflação. Além do custo com a frota de carros, utilizada para o transporte de recenseadores pelo país, o instituto tem que arcar com os custos da gasolina, que subiu 69% entre 2019 e 2022. Realizado a cada dez anos, o Censo Demográfico é uma das principais ferramentas para elaboração de políticas públicas nas mais diversas áreas, como saúde, educação, assistência social, geração de emprego e renda no país. O melhor retrato da realidade brasileira, no entanto, pode demorar ainda mais para garantir a sua completa efetivação.

Uma das representações que compõem o Fonasefe em São Paulo, a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), afirma que, ao lado das demais entidades, não deixarão de lutar em defesa do serviço público, em defesa dos servidores e das servidoras. “Estare-

mos, como está prevista na próxima Jornada de Lutas, a partir de 1º de setembro, atuando fortemente junto aos parlamentares para que nosso reajuste salarial seja garantido na LOA 2023”.

“Agora nos resta denunciar o papel que esse governo cumpriu destruindo o serviço público, congelando o salário por todo o seu mandato quando a inflação bateu recorde no século em um só governo”, afirma a nota do Fonasefe.

Para o Fonasefe, é difícil acreditar que, faltando apenas sete dias para que se encerre o prazo que o governo tem para encaminhar a LOA ao Congresso Nacional, a questão ainda esteja em estudo e que ele não tenha uma proposta, mesmo que em construção, para anunciar.

“Essa forma do governo atuar – sem nunca negociar ou mesmo sem comunicar suas pretensões para servidores e servidoras – mostra o total desrespeito desse governo com as entidades sindicais representativas dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público”, afirma a entidade em nota.

Segundo o Fórum, “o governo prefere falar pela grande imprensa, desrespeitando as representações sindicais e não cumprindo seu dever de estado de negociar com as representações das categorias de servidores e servidoras”.

“Nunca responderam às nossas reivindicações anualmente protocoladas no Ministério da Economia”, afirma a nota, salientando que foram quatro anos de tentativas de negociação com o governo sem retorno.

Uma das representações que compõem o Fonasefe em São Paulo, a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), afirma que, ao lado das demais entidades, não deixarão de lutar em defesa do serviço público, em defesa dos servidores e das servidoras. “Estare-

mos, como está prevista na próxima Jornada de Lutas, a partir de 1º de setembro, atuando fortemente junto aos parlamentares para que nosso reajuste salarial seja garantido na LOA 2023”.

Com lucros bilionários, bancos propõem reajuste abaixo do INPC

Os sindicatos de bancários de todo o país estão protestando nas ruas e nas redes sociais nesta segunda-feira (22) contra a proposta de reajuste salarial apresentada pela Fenaban (Federação Nacional dos Bancos), que representa um dos setores mais lucrativos e rentáveis da economia brasileira, aos trabalhadores.

Segundo o Comando Nacional dos Bancários a proposta apresentada, de apenas 65% da inflação (INPC) para todas as reivindicações como salários, vales refeição/alimentação e PLR é “indecente” e foi rejeitada pela categoria.

Com a expectativa de INPC em 31 de agosto de 8,95%, o índice de reajuste proposto pela Fenaban seria algo em torno de apenas 5,82%, uma perda real para os trabalhadores de 2,9%.

Ivone Silva, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, e uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários classifica a proposta como “um verdadeiro absurdo”, diante dos lucros dos cinco

maiores bancos, que somaram R\$ 56 bilhões no primeiro semestre deste ano, um crescimento em média, de 3,7% em doze meses.

“E são os bancários que constroem esses resultados, com trabalho árduo, sobrecarga, pressão para o cumprimento de metas inalcançáveis, com adoecimento. É a Fenaban que propõe reajuste abaixo da inflação?! Não aceitamos isso e a categoria já está se mobilizando nas redes e nas ruas. Queremos aumento real e reajustes maiores na PLR e nos tickets. Queremos proposta decente!”, afirma.

“O nosso Sindicato estará em agências e concentrações bancárias alertando os trabalhadores contra essa proposta desrespeitosa. E a nossa mobilização e união que nos fortalece, e vamos mostrar aos bancos que não aceitaremos reajustes abaixo da inflação. Chamamos todos os bancários e bancárias a se manifestarem nas redes sociais, utilizando a hashtag #DESRESPEITO e marcarem a @Febraban”, convida a secretária-geral do Sindicato, Neiva Ribeiro.

Chapa derrotada tenta reverter eleição no tapetão, denunciam metalúrgicos de Volta Redonda

Após perder as eleições, a chapa apoiada pela Força Sindical/CUT tenta recorrer à Justiça para permanecer no controle do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense. Em decisão monocrática publicada nesta terça-feira (23), o ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, suspendeu os efeitos do resultado do pleito que elegeu a chapa 2, eleita com 67,1% dos votos.

Em nota, a Chapa eleita afirmou que “a assessoria jurídica já está tomando as medidas cabíveis para fazer valer a vontade dos trabalhadores, que foram às urnas pelo desejo de mudança da direção do sindicato”.

No comando da entidade por mais de 30 anos, a chapa 1 perdeu as eleições ao conquistar apenas 335 (18,5%) dos 1807 votos na disputa. A chapa 2 “A Hora da Mudança”, apoiada pela Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e pela Conlutas, por sua vez, foi

eleita com 1212 votos (67,1%), demonstrando o descontentamento dos metalúrgicos com o grupo que dirigiu a entidade nas últimas décadas.

“Nós estamos surpresos porque, após três eleições canceladas, a de 2010, 2014 e 2018, a atual gestão usou da lei para permanecer no poder com descaso. Agora querem usar a Justiça para de forma equivocada permanecer no poder”, denunciou Edimar Miguel, presidente eleito da Chapa 2.

“É importante deixar claro à atual direção do nosso sindicato que eles não vão levar esse pleito no tapetão!”, afirma a Chapa 2 em nota. “Nós estamos aqui para que o trabalhador tenha seu poder de voto respeitado e o sindicato volte para sua mão”, disse o presidente eleito. “A luta continua, companheiros, até que a gente devolva o nosso sindicato à sua verdadeira trincheira de luta em defesa dos direitos dos trabalhadores”, completou Edimar.



HP

CHARGE DO ÉTON



Macron admite “fim da abundância” após dobrar-se às sanções dos EUA



Governadora Gretchen Whitmer Júri condena fascistas que tramaram o sequestro da governadora do Michigan

No segundo julgamento – o primeiro em abril não chegara a uma decisão de consenso do júri – os milicianos de extrema direita Adam Fox e Barr Croft Jr. foram condenados na terça-feira (23) por tramarem sequestrar e matar a governadora democrata Gretchen Whitmer, no auge das mobilizações contra a brutal asfixia do negro George Floyd por um policial racista e quando o então presidente Trump, em sua cruzada negacionista, chamara a “libertar Michigan” dos lockdowns e medidas antiepidemia, registrou o Common Dreams.

Como é costume no sistema judiciário norte-americano, caberá ao juiz mais adiante determinar a ‘dosimetria’, isto é, fixar as penas de Fox e Croft Jr.

De acordo com a Associated Press: “Foi o segundo julgamento da dupla após um júri em abril não ter conseguido chegar a um veredicto unânime após cinco dias. Dois outros homens foram absolvidos e mais dois se declararam culpados e testemunharam a favor dos promotores”.

O resultado anterior havia sido considerado “chocante” por antifascistas e pelas entidades de defesa dos direitos civis.

Os veredictos contra Fox e Croft representam “um bom começo em nossa batalha contínua contra a violência política de extrema-direita, mas é exatamente isso: um começo”, disse Lonnie Scott, diretor executivo do Progress Michigan.

Em seu argumento final do julgamento de segunda-feira, o promotor Nils Kessler disse que os dois “queriam desencadear uma segunda Guerra Civil Americana e a segunda Revolução Americana” ao sequestrar Whitmer, uma democrata que eles viam como uma inimiga política.

A governadora Whitmer saudou o resultado: “os veredictos de hoje provam que a violência e as ameaças não têm lugar em nossa política e aqueles que procuram nos dividir serão responsabilizados”.

Embora tais esforços violentos “não sejam bem sucedidos”, acrescentou, “devemos também olhar com atenção para o status de nossa política”.

“Ataques contra funcionários públicos e ameaças ao FBI são uma extensão perturbadora do terrorismo interno radicalizado que infesta nossa nação, ameaçando a própria fundação de nossa república”.

Para Scott, o veredicto não apaga a profundidade da ameaça da extrema-direita em Michigan e particularmente dentro do Partido Republicano.

MILÍCIAS DE DIREITA

“O ambiente político que resultou nesta trama não mudou nos anos que se seguiram à sua eclosão”, disse Scott. “Devemos examinar como o Partido Republicano de Michigan continua não apenas aconchegando-se às milícias de direita e extremistas, mas também acolhe os extremistas e teóricos da conspiração na liderança de seu partido e os nomeia como candidatos para liderar nosso estado”.

“Devemos responsabilizar os republicanos por suas mensagens inspiradoras de ódio e continuar a erradicar o extremismo de direita envenenando nosso Estado antes que isso leve a mais violência extremista”, acrescentou Scott. “Em resumo, hoje a justiça foi servida, mas o trabalho continua”.

No segundo julgamento, enquanto os promotores apresentaram provas robustas, incluindo o testemunho de dois participantes na conspiração contra Whitmer, a obtenção de armas, equipamento de visão noturna, a construção de uma bomba e a vigilância da casa de férias de Whitmer no norte de Michigan, a defesa tentou alegar que os dois seriam vítimas da infiltração e maldade do FBI.

Fox e Croft Jr. eram apenas “grandes conversadores” e “drogados” que tinham sido alvo de agentes federais e informantes que tinham se infiltrado no grupo de milicianos Wolverine Watchmen, asseverou a defesa, embora, no júri, a escusa não colou.

A acusação apontou que Fox e Croft Jr. já estavam discutindo seu ódio pela governadora Whitmer, que havia imposto medidas de fechamento econômico em Michigan durante os primeiros meses da pandemia, o que era considerado traição pelos membros da milícia, antes que ocorresse a infiltração de informantes do FBI nos Wolverine Watchmen.

Os dois foram presos em 8 de outubro de 2020, juntamente com um total de outros doze. Seis deles foram acusados federalmente – incluindo Ty Garbin e Kaleb Franks, que se declararam no primeiro julgamento culpados de conspirar para o sequestro – e que haviam sido presos depois de tentarem comprar explosivos para uma bomba. Outros oito foram acusados de delitos estaduais e seus casos ainda não foram a julgamento.

Como cenário para a trama, houve duas manifestações em Lansing em abril e maio, após Trump tuitar o famoso “Libertem Michigan”. Em uma delas, indivíduos armados de direita e fascistas invadiram o Capitólio estadual em busca de Whitmer, que não estava presente naquele dia.

Os planos dos milicianos que vieram a público incluíam capturar Whitmer à força em sua casa de férias de verão em Elk Rapids após dominar a segurança, e depois executá-la. A bomba improvisada que iriam usar serviria para explodir uma ponte e criar uma diversão para a polícia. Outra versão previa usar dois barcos para levar a governadora para o meio do Lago Michigan, deixá-la lá em um barco com o motor desligado e depois os sequestradores voltariam à costa no segundo barco.



Macron diz a franceses que aguardem “crises graves” e mais “sacrifícios”

Multidão retira barreira policial para levar solidariedade a Cristina Kirchner

Apoiadores da vice-presidente Cristina Fernández de Kirchner levaram sua solidariedade à frente de sua casa, superando barreira policial da infantaria de Buenos Aires e caminhões lança-água.

“Repudiamos esta manobra, que implica o banimento político da camarada Cristina, e que constitui uma afronta à Constituição e um golpe contra a nossa democracia. Permanecemos em estado de alerta”, afirmou a Central de Trabajadores e Trabajadoras da Argentina (CTA), destacando que o processo é carente de razão e provas, além de violar as regras básicas do direito, inclusive por barrar a vice-presidente de apresentar defesa diante de acréscimos ao processo.

Conforme o descrito pelo jornal Página12, “eram dez da noite, a temperatura já havia baixado e muitos manifestantes estavam molhados devido à repressão dos jatos de água dos caminhões hidrantes, porém predominava a adrenalina de haver conseguido chegar até a casa de Cristina e da notícia de que a líder falaria”.

Quinze minutos depois, entre cantos de “Cristina”, ela subiu ao cenário montado às pressas e denunciou: “Desde o dia que o judicial pediu doze anos de prisão por cada ano dos melhores doze anos que teve o povo argentino ocorreram manifestações de Norte a Sul do país. No entanto, o único lugar que ocorreram cenas foi aqui, na cidade de Buenos Aires e na porta da minha casa”.

“Quero dizer-lhes que ainda que vivesse mil anos não me alcançariam para lhes agradecer o amor, a solidariedade e a lealdade de todos vocês. Acreditem que a esta altura da minha vida não há nada mais importante que isso”, afirmou Cristina, frisando que a direita reacionária “odeia a alegria e o amor peronistas”. Agradecendo a dedicação da militância, a vice-presidente concluiu: “só lhes peço que não abandonemos nunca as nossas convicções, sobretudo este inextinguível amor à Pátria”.

“Expresso o meu mais enérgico repúdio à violência institucional desatada pelo governo da cidade frente à massiva manifestação de cidadãos e cidadãs expressando-se em liberdade e em democracia”, declarou o presidente Alberto Fernández, quem através das redes sociais denunciou que o operativo policial gerou “um clima de insegurança e intimidação”.

“Estamos em estado de alerta. Nos surpreende todo este aparato repressivo na porta da vice-presidente. É uma loucura, não se entende todo este aparato para uma manifestação de afeto do povo”, declarou o secretário de Direitos Humanos da Argentina, Horacio Petragalla, que pôde presenciar a presença desproporcional da infantaria. A polícia ainda não havia co-



Argentinos diante da casa de Cristina Kirchner

meço a reprimir mas alguns elementos já estava filmando ilegalmente os manifestantes. “A ideia era seguir nas praças para manter a chama acesa e aí veio o Larreta (governador da capital federal de Buenos Aires) e jogou gasolina no fogo”, sorriu o presidente do Partido Justicialista de Buenos Aires, Mariano Recalde, lembrando que o ato estava convocado inicialmente para o Parque Lezama. O crescimento da violência contra Cristina fez com que a multidão elevasse o tom e mudasse o rumo vitorioso da marcha.

INGERÊNCIA

O ministro das Relações Exteriores da Argentina, Santiago Cafiero, denunciou na sexta-feira (26) que há uma “perseguição motivada por interesses ideológicos que nascem fora da Argentina”.

Ele citou uma correspondência do senador Ted Cruz, membro do Comitê de Relações Internacionais do Senado dos EUA ao secretário de Estado Anthony Blinken, assacando contra a presidente argentina que, nas palavras do senador, por suas ações “mina os interesses norte-americanos”.

Bolivianos saem às ruas da capital La Paz em defesa da democracia e repudiam ameaças de golpe

O presidente da Bolívia, Luis Arce, e o vice-presidente, David Choquehuanca, lideraram uma marcha na capital La Paz contra as tentativas de golpe por parte de agrupamentos ligados ao governador de Santa Cruz, Fernando Camacho

“Iniciamos esta grande marcha em defesa da Pátria e da democracia. Esta é a verdadeira unidade do povo boliviano, que hoje marcha pacificamente, mas com firmeza”, assinalou Arce através das redes sociais.

Na quinta-feira (25), um multidão tomou as ruas da capital boliviana em apoio à reconstrução econômica do país. No ato, Arce denunciou que no país há riscos de que a direita golpista volte a levantar a cabeça e ameaçar o desenvolvimento do país, referindo-se a Camacho, um dos protagonistas de golpe de 2019, com o qual Jeanine Añez usurpou o poder.

O presidente destacou em seu discurso que “a direita sempre vai procurar desculpas para nos desestabilizar”, mas “o povo boliviano não quer mais golpes, o povo quer trabalhar, progredir e industrializar o país”.

Ele ressaltou que as potências ocidentais “querem o lítio da Bolívia, gás, o ferro” e alertou que “a direita sempre buscará desculpas para nos enfraquecer e nos desgastar, com a cumplicidade de vários atores da sociedade”.

O governo enfrentou nas últimas semanas duas violentas greves na região de Santa Cruz, reducto da oposição, com a desculpa surpreendente do adiamento do censo populacional. O censo, que deve ser realizado a cada 10 anos e estava previsto para 2022, foi adiado para 2024, por conta de problemas da pandemia e atrasos técnicos.

A mobilização foi convocada pelo chamado “Pacto de Unidade”, que reúne sindicatos e organizações camponesas e de indígenas parlamentares pró-governo, como o presidente do Senado, Andrés Rodríguez, que integra o partido MAS (Movimento ao Socialismo).

Ao final da mobilização, Arce insistiu: “Mais uma vez, a maturidade e a sabedoria do povo boliviano prevalecem para defender a democracia nesta marcha histórica. Os bolivianos não querem mais golpes, querem trabalhar e industrializar o país. Muito obrigado Bolívia! Os golpistas não passarão!”

Em seu discurso, o vice-presidente David Choquehuanca enfatizou a importância de ter chegado ao poder por meio de eleições legítimas. “Estamos aqui para defender nossa democracia, nossa estabilidade econômica, nosso processo de mudança, nosso governo legal e legitimamente eleito nas

urnas”, disse Choquehuanca, que teve grande apoio dos setores indígenas no início da marcha e convocou empresários, militares, policiais, universitários e outros para defender a soberania, a estabilidade econômica e os recursos naturais: “Ninguém se salva sozinho, todos precisamos uns dos outros”.

Afirmou que a oposição faz uso de um censo populacional e habitacional, previsto para 2024, apenas com desejos desestabilizadores.

O ex-presidente Evo Morales, também presente na manifestação, sublinhou a importância da unidade das forças progressistas do país. “A unidade é o triunfo do povo e a derrota do império. Nossa tarefa e responsabilidade é garantir a unidade de nossas organizações sociais diante dos desejos de nos dividir da direita interna e externa que, sob direção externa, tentam provocar e desestabilizar”.

Mais de cem organizações participaram da mobilização, segundo o jornal boliviano La Razón. Entre elas estão a Central Obreira Boliviana, principal central sindical do país, a Confederação dos Povos Indígenas da Bolívia e a Confederação Nacional das Mulheres Indígenas Camponesas da Bolívia, entre outras, unificadas pelo “Pacto de Unidade”.

“Não cedam à tentação de dizer o que as pessoas querem ouvir”, diz Macron a ministros diante da crise exacerbada por sua adesão às sanções de Washington

Após embarcar de mala e cuia nas sanções contra a Rússia ordenadas por Washington, e tendo que conviver com alta dos combustíveis e alimentos e escassez de gás, o presidente Emmanuel Macron, possivelmente desejando testar a paciência do povo francês, anunciou o “fim da abundância” e chamou a população a fazer “sacrifícios”, na primeira reunião do seu conselho de ministro depois das férias de verão, excepcionalmente transmitida pela tevê.

Férias, aliás, marcadas, além da alta da inflação, por seca, ondas de calor e incêndios, e com a previsão de que o inverno também será de lascas, já que foram os próprios europeus que, para saciar a Casa Branca, resolveram descartar o gás e petróleo russo.

Segundo o ex-banqueiro e atual presidente francês, o mundo está diante de um “grande ponto de inflexão”, uma nova era, marcada pelas mudanças climáticas e pelos efeitos da ‘guerra da Rússia’ – leia-se, o basta de Moscou à anexação da Ucrânia pela OTAN. Dias antes, ele exortara a população a aceitar “pagar o preço da liberdade e dos valores”.

“Nosso sistema baseado na liberdade em que nos acostumamos a viver, às vezes, quando temos que defendê-lo, pode significar fazer sacrifícios”, insistiu o presidente em sua peroração. Ele acrescentou que o momento atual “parece estruturado por uma série de crises graves” e pelo que poderia ser “o fim da abundância” – seja a do “dinheiro sem custo”, ou a de “produtos tecnológicos”, matérias-primas ou água -, assim como “da obediência” e da “imprudência”.

Ele exortou seus ministros a “dizer as coisas” com clareza e “sem catastrofismos”, pedindo-lhes que sejam “sérios” e não cedam à tentação da “demagogia” – isto é, atender às necessidades exigidas pela população que está sentindo as consequências de seguir ladeira abaixo para não amuar Biden.

Sem chegar a pedir que as pessoas tomem um banho mais curto e frio, como já fazem seus parceiros de Berlim, ou prometer frear a inflação, Macron insistiu em que os ministros não cedam à tentação de dizer “o que as pessoas querem ouvir”, optando em primeiro avaliar se isso será “eficaz” ou “útil”.

Vindas de “Júpiter” – como o pavão é conhecido entre os franceses -, as orientações d, e Macron não passaram despercebidas pelas forças políticas e entidades populares.

“Abrir o gasoduto Nord Stream 2 é a única solução sensata para a crise econômica da Alemanha”, diz deputado

A abertura e utilização do gasoduto Nord Stream 2, vindo da Rússia, é essencial para garantir o abastecimento das casas e indústrias, defendeu o deputado Steffen Kotre, membro do Comitê Parlamentar Alemão de Energia e Proteção Climática.

Conforme explicou o deputado, “as instalações de armazenamento de gás atualmente se encontram cheias, havendo o suficiente para cerca de três meses neste inverno. Mas e depois?”, destaca Kotre em entrevista à agência de notícias TASS, nesta quarta-feira (24).

Enfatizou que “a ideologia tem que dar lugar a uma política real orientada para os fatos e a única solução sensata é lançar o Nord Stream 2”.

De acordo com estudos do Comitê Parlamentar, destacou Kotre, o lançamento do gasoduto é chave para ajudar a resolver a crescente crise de energia em que se vê mergulhado o país e toda a Europa.

Nas últimas semanas, submetido aos Estados Unidos, o governo alemão reiterou que não há planos para lançar o Nord Stream 2, concluído no ano passado, mas que nunca entrou em operação devido à negativa de Berlim em conceder sua certificação.

Diante da tragédia em curso e da verdadeira catástrofe que se avizinha, muitos parlamentares têm convocado o governo

O deputado comunista Fabien Roussel se escandalizou com a noção macronista de “fim da abundância e do descuido”: “Não, mas estamos sonhando! Como se os franceses tivessem se esgotado e se empanturrado demais. Dez milhões de franceses pobres por causa da imprudência do presidente Macron e da predação dos ricos”.

O secretário-geral da CGT, Philippe Martinez, disse à BFM TV que a mensagem de Macron foi “deslocada”. “Quando falamos do fim da abundância, penso nos milhões de desempregados, nos milhões de precários”, acrescentou, destacando que “para muitos franceses, os tempos são difíceis, os sacrifícios já estão aí”.

“IRRESPONSABILIDADE”

“Não Monsieur Macron, nunca houve abundância, mas irresponsabilidade, pilhagem, desperdício, mercantilização de tudo e das coisas vivas”, rebateu o líder do partido França Insubmissa, Jean-Luc Mélenchon. Para a companheira de bancada, Mathilde Panot, o discurso de Macron ilustra que “a ilusão neoliberal está desmoronando”.

“O mundo deles não é mais um sonho. O capitalismo financeirizado é insegurança ecológica, racionamento, escassez. Outro mundo de liberdade, igualdade e fraternidade é possível: o nosso!”

Nem entre as forças mais à direita do espectro político, a farolagem macronista soou bem. O senador Alain Houpert, do Les Républicains, reagiu, observando que “depois de ter confiado o país a tecnocratas sem outro ideal que a contabilidade, em um discurso quase marcial, o presidente explica que é o fim de tudo, de um modelo francês modelo, da França que ele falhou, em sua missão, em preservar”.

O eurodeputado do Reconquète!, Gilbert Collard, não poupou a ironia: “Do seu grande palácio dourado, Macron explica calmamente aos franceses que é o fim da abundância: ele, por outro lado, não parece sofrer de falta de ‘insolência’”.

Para Nicolas Dupont-Aignan, deputado do Debout la France, a transmissão ao vivo e inédita do Conselho de Ministros é apenas “um reflexo do impasse macronista, um mau espetáculo narcisista”.

Já o eurodeputado macronista Pascal Canfin, provavelmente pondo em ação as doudas teses do presidente, anunciou ser a favor de uma forma de “polícia da sobriedade energética”.

A abertura e utilização do gasoduto Nord Stream 2, vindo da Rússia, é essencial para garantir o abastecimento das casas e indústrias, defendeu o deputado Steffen Kotre, membro do Comitê Parlamentar Alemão de Energia e Proteção Climática. Conforme explicou o deputado, “as instalações de armazenamento de gás atualmente se encontram cheias, havendo o suficiente para cerca de três meses neste inverno. Mas e depois?”, destaca Kotre em entrevista à agência de notícias TASS, nesta quarta-feira (24).

Enfatizou que “a ideologia tem que dar lugar a uma política real orientada para os fatos e a única solução sensata é lançar o Nord Stream 2”.

De acordo com estudos do Comitê Parlamentar, destacou Kotre, o lançamento do gasoduto é chave para ajudar a resolver a crescente crise de energia em que se vê mergulhado o país e toda a Europa.

Nas últimas semanas, submetido aos Estados Unidos, o governo alemão reiterou que não há planos para lançar o Nord Stream 2, concluído no ano passado, mas que nunca entrou em operação devido à negativa de Berlim em conceder sua certificação.

Diante da tragédia em curso e da verdadeira catástrofe que se avizinha, muitos parlamentares têm convocado o governo

Regime de Kiev volta a bombardear a maior usina nuclear da Europa



Linha de transmissão da usina de Zaporozhia foi destruída por mísseis ucranianos

Greve por salário para maior porto de carga da Inglaterra

Dois mil trabalhadores de Felixtowe, o maior porto de carga inglês, que movimenta quase metade do tráfego de contêineres do país, iniciaram uma greve de oito dias no último domingo (21) contra o brutal arrocho salarial a que vêm sendo submetidos pela multinacional gerenciadora do local.

A líder do Sindicato Unite, que congrega os trabalhadores do setor, Sharon Graham, condenou as “lágrimas de crocodilo” da controladora, a CK Hutchinson Holdings Ltd, com sede em Hong Kong, que alega não ter como pagar o reajuste reivindicado pela categoria. Os portuários denunciam que, na verdade, a empresa tem priorizado mesmo é distribuir os lucros e dividendos em vez de remunerar dignamente a sua mão de obra. Os portuários se enfrentam com aumentos exponenciais, como o da energia, retorno do tipo bumerangue devido às sanções russofóbicas em torpe submissão do governo aos Estados Unidos no conflito da Ucrânia.

Conforme apurou a entidade sindical, apenas o pagamento de dividendos em três anos pela multinacional alcança a fabulosa quantia de 200 milhões de libras esterlinas, o que ultrapassa os 1,2 bilhão de reais. Uma libra no câmbio oficial desta segunda-feira está 6,07 reais.



“Unidos por salários justos”, conclamam portuários de Felixtowe ao iniciarem a greve de 8 dias (DPA)

As investigações da Felixstowe Docks, de suas subsidiárias e de sua controladora em Hong Kong mostram que elas estão tentando manipular a opinião pública, pois a maioria do que foi pago acabou sendo direcionado para a empresa-mãe, a CK Hutchinson Holdings Ltd. “A Felixstowe Docks e suas empresas associadas têm priorizado lucros e dividendos em vez de dar a seus trabalhadores uma fatia decente do bolo. Em vez disso, a empresa está canalizando dezenas de milhões de libras no exterior para sua controladora com sede em Hong Kong quase

todos os anos”, reiterou Sharon Graham, frisando que “os acionistas de Hong Kong estão recebendo um pagamento de bonança”. Na prática, com a inflação em alta, frisou, a empresa está pedindo “um corte salarial”, já que o poder aquisitivo tem sido corroído. Localizado a 150 quilômetros de Londres, na costa leste de Inglaterra, Felixtowe se beneficia da proximidade de portos europeus como Le Havre (França), Amberes (Bélgica) e Rotterdam (Holanda). 60% do tráfego comercial entre o Reino Unido e a Ásia também passa por suas instalações.



Jornalista do Vaticano diz que o Papa está farto da pressão de Zelensky para que apoie seu regime

A pressão do presidente ucraniano Vladimir Zelensky sobre o Papa Francisco quanto ao apoio a Kiev está provocando o descontentamento do pontífice, afirmou o especialista em Vaticano e jornalista de Il Fatto Quotidiano, Marco Politi, como salientado pela Sputnik News. De acordo com o colunista, após a última conversa telefônica entre Zelensky e o papa Francisco, Zelensky postou na sua conta no Twitter que a ajuda necessitada por Kiev da parte dos líderes religiosos é para divulgar informações negativas sobre a Rússia. “Esse tuíte demonstra bem que o papa Francisco e as políticas de Kiev estão em lados opostos. O Vaticano não gosta quando alguém diz ao pontífice o que fazer, bem como o fato de as autoridades ucranianas

terem submetido à censura a transmissão televisiva da procissão solene do papa, visto que nela se expressava a ideia de paz entre os ucranianos e os russos”, explicou Politi. O jornalista sublinhou que Zelensky continua exercendo pressão sobre o papa Francisco, tentando conseguir que ele visite Kiev, enquanto o papa não quer visitar a capital ucraniana sem ter ido a Moscou. De acordo com Politi, tal luta de bastidores já transcorre há vários meses. O pontífice também não partilha do rumo político de Zelensky e não quer ser um “criado do Ocidente”, apoiando por completo a posição euroatlântica sobre a situação na Ucrânia,

acrescentou o especialista. Para Politi, o Vaticano considera que “Zelensky quer arrastar o papa para a narrativa” de acordo com a qual Kiev se posiciona como uma vítima inocente, enquanto a imagem da Rússia é demonizada. O periodista explicou que o papa Francisco não partilha tal posição, já que esta não toma em conta os acontecimentos que levaram à situação atual no território da república ex-soviética. Em entrevista em maio, o papa chegou a dizer que “os latidos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) na porta da Rússia” poderiam ter levado à campanha militar contra o governo ucraniano a partir de 24 de fevereiro.



Nave espacial suborbital é reutilizável

China faz o primeiro voo com transportador espacial

O transportador espacial suborbital reutilizável da China fez seu primeiro voo experimental de uso repetido bem-sucedido na sexta-feira (26), anunciou o desenvolvedor da aeronave, a estatal China Aerospace Science and Technology Corp (CASC, na sigla em inglês). “É um grande passo para o desenvolvimento da China em tecnologias de transporte espacial reutilizáveis”, afirmou o jornal Global Times.

Um voo suborbital é um voo espacial em que a nave chega ao espaço sem atingir uma órbita estável, mas o suficiente para levar passageiros em voos espaciais turísticos similar a aviões com pouso estável. O veículo foi lançado do Centro de Lançamento de Satélites de Jiuquan, na província de Gansu, noroeste da China e pousou de em um aeroporto em Alxa, no norte da China, depois de concluir um voo suborbital.

Especialistas ouvidos pelo GT assinalaram que as tecnologias necessárias para voos suborbitais reutilizáveis são muito exigentes, pois a nave experimenta tanto o ambiente no espaço quanto sob a influência atmosférica da Terra.

O sucesso da missão significa que tanto os materiais quanto o sistema de motor do veículo suborbital reutilizável doméstico da China podem ser reutilizados, o que é um grande avanço técnico e representa um marco técnico na indústria espacial do país.

Veículos suborbitais reutilizáveis são de grande relevância no futuro, desde o turismo pessoal até o transporte intercontinental rápido.

O programa espacial chinês, realizado apesar da tentativa dos EUA de impedir que o grande país asiático alcançasse o estado da arte na tecnologia espacial – chegando a vetar a participação chinesa na Estação Espacial Internacional (ISS) e outras formas de bloqueio –, tem conquistado feitos notáveis, como as missões a Marte e à Lua, assim como sua estação espacial, em fase de conclusão, e o anúncio do projeto conjunto com a Rússia, aberto às demais nações, para uma base lunar de pesquisa científica.

Lavrov repudia “ordem neocolonial e racista” sob comando de Washington

“Rejeitamos categoricamente a ‘ordem baseada em regras neocoloniais’ imposta pelo Ocidente liderado pelos EUA”, afirmou o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Serguey Lavrov, durante o 5º Fórum Global de Jovens Diplomatas na cidade de Kazan, no sábado (27).



Sergei Lavrov

“Esta ordem prevê uma divisão racista do mundo em um grupo privilegiado de países que a priori têm o direito de qualquer ação, e o resto do mundo é obrigado a seguir os rastros desse ‘bilhão de ouro’ e servir aos seus interesses”, assinalou.

Na capital da República do Tartaristão, região autônoma da Federação da Rússia, Lavrov reiterou a adesão aos princípios básicos da Carta da ONU e assinalou que seu país apoiou consistentemente a diversidade cultural dos povos e seu direito de determinar seu próprio caminho.

“A Rússia é a maior potência euro-asiática e do Pacífico, um Estado-civilização e continua concretizando o curso ordeiro de sua política externa, promovendo uma agenda regional e global positiva, unificadora e focada no futuro”, disse.

Nessa linha, o país vem expandindo e aprofundando “a cooperação frutífera com a esmagadora maioria dos membros da comunidade global que representam mais de

80% da população do planeta”, disse Lavrov. Ele se referiu às alianças Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), União Econômica Eurasiática (UEE), Comunidade dos Estados Independentes (CEI), BRICS, Organização para Cooperação de Xangai (OCX) e outras e frisou que o diálogo deve ser intensificado.

“As ambições de países exclusivistas para resolver seus problemas à custa de outros nunca deram frutos”, alertou o ministro das Relações Exteriores russo, e essas “políticas destrutivas” estão fadadas ao fracasso hoje, acrescentou. Segundo Lavrov, atores poderosos e independentes na Ásia, Oriente Médio, América Latina e África “vêm realizando ultimamente uma política externa orientada para os interesses nacionais, fortalecendo a soberania, e eles estão atingindo sucessos impressionantes em vários âmbitos”.

“Então, atualmente existe uma multipolaridade obrigatória, e essa realidade geopolítica não pode ser ignorada”, concluiu Lavrov.

Usina de Zaporozhia chegou a ser atacada 17 vezes em um único dia. Russos alertam para risco iminente de “consequências catastróficas”

A Ucrânia lançou dois ataques de artilharia de grande calibre, nesta quinta-feira (25), bombardeando a usina nuclear de Zaporozhia, a maior da Europa, fazendo com que quatro projéteis explodissem na área da estação de oxigênio-nitrogênio, enquanto mais um arrebentasse próximo à área especial nº 1. Em coordenação com funcionários da usina, militares russos trabalham dia e noite para evitar um desastre radioativo.

Desde 5 de agosto, as autoridades locais e russas têm feito inúmeros alertas em relação aos ataques promovidos por Kiev. O representante permanente da Rússia na ONU, Vasili Nebenzia, frisou que a continuação dessas ações militares poderia desencadear um “acidente nuclear com consequências catastróficas para todo o continente europeu”.

Conforme o Ministério da Defesa Russa, a posição da artilharia das Forças Armadas da Ucrânia está localizada na região de Dnepropetrovsk, sendo contabilizados 17 ataques à estratégica central nuclear em um único dia.

Como o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, tem se portado como uma marionete dos Estados Unidos e da Organização do Tratado do

Atlântico Norte (Otan) em seus projetos expansionistas, sua mídia tem retribuído com um festival de desinformações em favor de Washington.

De acordo com Vladimir Rogov, membro do conselho principal da Administração da província de Zaporozhia, a eletricidade gerada pela usina nuclear, desde o dia 15 de agosto, não é mais fornecida aos territórios controlados pelos fascistas ucranianos, já que foi seriamente danificada pelos próprios.

Rogov explicou que das quatro linhas de energia, três permaneceram inoperantes “por muito tempo” devido aos incessantes bombardeios de Kiev. “Ontem, [...] a quarta linha foi destruída, então é simplesmente fisicamente impossível transferir energia para a margem direita do Dnepr”, relatou o funcionário, especificando que a administração da usina buscou restabelecer várias vezes as conexões de energia, mas que os ataques ucranianos tornaram a tarefa extremamente perigosa.

Segundo Rogov, a situação atual da usina nuclear ainda “está sob controle, a eletricidade é gerada e fornecida diretamente aos territórios liberados das regiões de Zaporozhye e Kherson”.

Rússia leva à ONU evidências que mostram ataques da Ucrânia à usina nuclear de Zaporozhia

A Rússia divulgou na terça-feira (23) na reunião de emergência convocada a pedido de Moscou do Conselho de Segurança da ONU, bem como à Assembleia Geral, evidências fotográficas do bombardeio da usina nuclear de Zaporozhia pelo exército ucraniano, informou o embaixador russo na organização, Vasili Nebenzia.

“Quero mostrar a vocês as fotos da destruição no território da usina nuclear de Zaporozhia como resultado do bombardeio das Forças Armadas da Ucrânia. Temos uma coleção completa de evidências fotográficas, as distribuímos esta manhã como documentos oficiais no Conselho de Segurança e na Assembleia Geral da ONU”, disse o diplomata russo.

A usina nuclear de Zaporozhia, construída pela União Soviética e a maior da Europa, está localizada perto da cidade de Energodar, com seis reatores de água pressurizada e capacidade de geração de 6.000 MW. Desde março passado, a usina está sob proteção dos militares russos e é operada por técnicos ucranianos.

Moscou também instou à ida – afinal – dos inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), que chegou a ser marcada para o início de junho e foi desmarcada por pressão dos patronos ocidentais de Kiev. “Chegamos a elaborar a rota e o programa de verificação de segurança da central nuclear, no último minuto tudo foi cancelado”, detalhou Nebenzia.

“Esperamos que a missão da AIEA ainda seja realizada em um futuro próximo, e os especialistas da Agência possam confirmar a real situação da usina nuclear. Estamos prontos para fornecer o máximo de assistência possível em relação a todas as questões organizacionais”, concluiu o diplomata russo.

Nebenzia também solicitou ao Conselho de Segurança da ONU que condenasse fortemente “esse último crime do regime de Kiev”, o assassinato da jornalista e cientista política Daria Dugina, filha do pensador russo Alexander Dugin.

Nebenzia advertiu que a situação de segurança nuclear na usina de Zaporozhia

se deteriorou nas últimas semanas e acusou o Exército ucraniano de realizar o bombardeio quase diariamente, ação que cria “um risco real de um acidente com radiação na usina nuclear com consequências catastróficas para todo o continente europeu”.

Na semana passada, porta-voz militar russo revelou que desde 18 de julho a usina nuclear foi alvo de 12 ataques de sistemas múltiplos de foguetes, artilharia e drones, com cerca de 50 explosões atingindo as imediações das instalações e causando danos.

Um desses ataques foi com artilharia de 152 mm – contra uma usina nuclear! –, insânia cometida pela 44ª Brigada de Artilharia ucraniana, que danificou parcialmente a planta de energia térmica para as próprias necessidades da central, assim como os equipamentos das piscinas do sistema de refrigeração dos reatores nucleares. Segundo a AIEA, a usina nuclear de Zaporozhia armazena 30 toneladas de plutônio e 40 toneladas de urânio enriquecido, que são resíduos da operação dos seus seis reatores.

A Rússia tem denunciado que o regime de Kiev está fazendo toda a Europa de “refém” de seus ataques: para que ocorra um Fukushima 2.0, basta interromper a canhoneira de fornecimento de energia para refrigeração dos detritos irradiados.

O que poderia levar à contaminação radioativa de vastas extensões de território: pelo menos oito regiões ucranianas, incluindo a sua capital, Kiev, e alguns territórios da Rússia e da Bielorrússia que fazem fronteira com a Ucrânia. Também são susceptíveis o Donbass, Moldávia, Romênia e Bulgária. Se o vazamento atingisse o rio Dnieper, a devastação se estenderia ao Mar Negro.

No caso de impacto no próprio reator, a contaminação radioativa atingiria Polónia, Alemanha, Eslováquia, Romênia, Moldávia, países bálticos e escandinavos.

Nebenzia também rebateu proposta dos patrocinadores ocidentais do regime de Kiev para uma zona desmilitarizada em torno da usina.

Ilido Sauer: “preços dos combustíveis e a disputa pela riqueza gerada com o petróleo”

As disputas sobre a política de preços adotada pela Petrobrás movimentou intensamente o país nos últimos meses em função da explosão dos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha. Ao mesmo tempo o governo, maior acionista da empresa, vem destinando quantias bilionárias em dividendos para os acionistas, em sua maioria estrangeiros, tanto da bolsa de Nova Iorque quanto da Bovespa.

O professor do Instituto de Energia da USP, Ilido Sauer, ex-diretor da Petro-

brás e uma das maiores autoridades sobre o assunto, acaba de publicar no jornal da Universidade de São Paulo um estudo sobre os preços dos combustíveis no Brasil e a quem eles beneficiam. Com autorização do autor, estamos reproduzindo este estudo no HP para um melhor entendimento dos nossos leitores sobre a real disputa que há por trás dessa discussão. A disputa encarniçada pela riqueza criada pelo petróleo no Brasil. Confira na sequência!

S.C.

ILDO SAUER (*)

Preços dos combustíveis e a disputa pela distribuição da riqueza gerada com petróleo nacional e Petrobrás

O debate em torno dos preços dos combustíveis tem mobilizado a opinião pública. A Petrobrás e o ICMS dos Estados foram alçados ao papel de vilões.

Quais são as disputas de interesses e quais as alternativas de políticas públicas?

Em 2021 foi produzido 1,06 bilhão de barris de petróleo. Com o custo direto de extração (capital e trabalho) de aproximadamente 10 dólares por barril, o excedente econômico é extraordinário. Em 2021, com preço de realização de 70 dólares por barril, foram mais de 60 bilhões de dólares (300 bilhões de reais) e, atualmente, em razão da conjuntura geopolítica, petróleo em torno de 100 dólares, mais de 90 bilhões de dólares (450 bilhões de reais).

Qual foi a distribuição dessa riqueza?

Os dados da Petrobrás, publicamente disponíveis, permitem ilustrar a geração e distribuição do excedente do petróleo. A Petrobrás produziu pouco menos de 75 por cento, sendo o restante de empresas privadas, principalmente estrangeiras, com destaque para a Shell, com 11,5 por cento. A análise do balanço da Petrobrás serve de referência para avaliar a repartição do excedente econômico, lucro, do petróleo no Brasil. A exploração e produção de petróleo foi responsável por 78,5% dos lucros da empresa, por concentrar a renda petrolífera; o restante foi gerado pelo refino, abastecimento, gás e energia operam em regime competitivo, tendo, portanto, lucros normais compatíveis com o regime de mercado capitalista concorrencial, e pela venda de ativos, como a da BR Distribuidora por 2,5 bilhões de dólares.

Resultado da Petrobrás, em 2021, em bilhões de reais:

Lucro bruto: 219; Des-

pesas: 17; Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos: 202; Custo financeiro: 59; Lucro antes de impostos, participações e impostos: 151; Imposto de renda e contribuição social: 44; Lucro líquido: 107 bilhões de reais. Os royalties e participações especiais, incluídos nos custos, foram de 60 bilhões de reais. Assim, as transferências de riqueza gerada pela extração do petróleo foram: por royalties e participações especiais (60), IR e CSLL (44) e lucros (107) avultam a 211 bilhões de reais, além dos 59 bilhões apropriados pelo sistema financeiro.

Os 60 bilhões de royalties e participações especiais foram distribuídos entre União, Estados e municípios produtores (principalmente Rio de Janeiro).

O lucro líquido de 107 bilhões de reais foi destinado para:

28,7% para governo federal, 7,9 para BNDES, 1,2% para FGTS;

44,5 % para investidores estrangeiros: 20 na Bolsa de Nova York e 24,5 na Bolsa de São Paulo; 17,5 % para acionistas brasileiros (pessoas físicas e jurídicas).

Diante desse quadro, da Petrobrás, representativa de $\frac{3}{4}$ da riqueza nacional do petróleo, a pergunta que se impõe é: existe outra forma de partilhar a riqueza do petróleo? Qual a razão dessa distribuição assimétrica se a Constituição Federal define que: a) os recursos do subsolo, incluindo o petróleo, constituem bem da União; b) as atividades de exploração, produção, refino, transporte, importação de petróleo e derivados são monopólio da União.

A questão principal está vinculada aos preços cobrados aos consumidores e às transferências aos poderes públicos (via dividendos, royalties, participações ou mediante novo modelo) para compensar os direitos do



“O excedente econômico é extraordinário. Em 2021, com preço de realização de 70 dólares por barril, foram mais de 60 bilhões de dólares (300 bilhões de reais) e, atualmente, em razão da conjuntura geopolítica, petróleo em torno de 100 dólares, mais de 90 bilhões de dólares (450 bilhões de reais)”. No alto, Ilido Sauer, professor da USP e ex-diretor da Petrobrás (Fotomontagem HP)

povo brasileiro, titular dos bens da União e construtor da Petrobrás.

PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS

Desde o Decreto-Lei nº 395, de 29 de abril de 1938, os preços internos guardam relação com os internacionais e em todas implementadas reformas o preço de realização ex-refinaria, dos derivados, estava vinculado ao preço internacional do petróleo, inclusive o produzido no País. Preço era resultado da multiplicação do preço do barril de petróleo importado, por coeficientes que variavam de 1,8 para querosene de aviação, 2,3 para GLP, a 2,6 para gasolina tipo B, até 7 para lubrificantes. O excedente servia para cobrir custos de refino, logística, tributos e contribuições, subsídios cruzados para a inserção do etanol na matriz de combustíveis e unificação dos preços em todo o território nacional, em vigor por longo período. O repasse ao mercado interno era regulado mediante o controle das contas de compensação das diferenças entre o recebido pela Petrobrás, responsável pela execução do monopólio estatal, e o previsto para os preços ex-refinaria, incluindo os impactos cambiais.

O grande marco trans-

formador, mantido por todos os governos subsequentes, foi a reforma liberalizante implementada no governo FHC, através de emenda constitucional, que instituiu a quebra do monopólio estatal exercido pela Petrobrás, e da Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997, conhecida como a Lei de Política Energética. Definiu como objetivo promover a livre concorrência; instituiu a Agência Nacional do Petróleo (ANP), com a finalidade de promover a regulação e a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, cabendo-lhe implementar a política nacional de petróleo e gás natural, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo em todo o território nacional, e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos. Dispôs que as atividades econômicas da Petrobrás serão desenvolvidas em caráter de livre competição com outras empresas, em função das condições de mercado. Portanto, a responsabilidade pela garantia do suprimento do mercado passou da Petrobrás para a ANP, através de mecanismos de mercado competitivo. Houve uma metamorfose pela qual o monopólio e os bens da União passaram a gerar riqueza apenas para os investidores.

Assim os dirigentes da Petrobrás passaram a ter o papel exclusivo de servir ao interesse dos acionistas, nos ditames da Lei das Sociedades Anônimas de 1976, da Lei do Petróleo, da Lei das Estatais de 2016. O não cumprimento da legislação sujeita os dirigentes às sanções previstas pela legislação da concorrência, sob vigilância do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e pela

legislação das empresas de capital aberto, sob a vigilância da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), além das penalidades do própria Securities and Exchange Commission (SEC) dos EUA, à cuja regulação a Petrobrás foi submetida pelo governo FHC, em 2000, ao vender 20 por cento do capital da empresa, na Bolsa de Nova York. A questão não está no âmbito da Petrobrás, demonizada, mas na responsabilidade do Estado Nacional, Executivo e Legislativo, de definir um equilíbrio de interesses na disputa pela riqueza do petróleo. Tampouco tem papel central o ICMS dos Estados, que em 2021 foi da ordem de 120 bilhões de reais (com alíquotas médias de 25%, gasolina, 12,5%, diesel, e 13,5%, GLP), mesmo com o aumento da arrecadação em 2022 em função do incremento dos preços dos derivados.

É preciso resolver o conjunto de interesses conflitantes em torno da função do petróleo e da Petrobrás na sociedade:

Os acionistas buscando sua valorização, com aceleração da produção a preços de produtos elevados, visando a obter maiores dividendos e aumento na cotação das ações;

Os consumidores de derivados visando a obter preços mais baixos; os contribuintes também, de um lado, querendo o aumento de dividendos, e, de outro, na condição de consumidores, a redução de preços;

A população, não consumidora ou consumidora reduzida de derivados, potencialmente, teria por objetivo que a Petrobrás, graças a sua capacidade tecnológica e gerencial, construída pelo apoio histórico do povo brasileiro, fosse instrumento de geração de renda para ser investida em finalidades sociais: renda mínima



de cidadania, educação e saúde pública gratuitas, ciência, tecnologia, reformas urbana e agrária, transição energética;

Integrantes do governo, partidos e base aliada, que têm, sistematicamente buscado a instrumentalização da Petrobrás para seus propósitos de manutenção do poder e enriquecimento pessoal, indicando e nomeando despachantes de seus interesses para funções de direção;

Finalmente, há um conjunto de interesses externos, que une empresas e governos estrangeiros, vinculados à OCDE e China, que tem por objetivo aceder a recursos de petróleo, como o pré-sal, visando a acelerar sua produção e a redução do seu preço, propiciando o aumento de sua prosperidade e bem-estar. De modo particular, as antigas empresas internacionais de petróleo, originadas das chamadas Sete Irmãs, primas e descendentes, em razão da atuação da Opep, tiveram uma forte redução no acesso a reservas de petróleo, e vêm atuando de forma estruturada para ter acesso a reservas em novas fronteiras, das quais a mais importante em escala mundial é a do pré-sal, e vêm tendo sucesso diante dos governos com ação concertada nos meios de comunicação, no Congresso, partidos políticos e outros espaços de disputa pela hegemonia cultural e social.

(*) Professor do Instituto de Energia e Ambiente da USP